

# Revolução



**CONSOLIDAR A UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA  
E DAS MASSAS TRABALHADORAS PARA  
A REVOLUÇÃO SOCIALISTA**



A manifestação unitária trouxe para o Terreiro do Paço uma multidão, que foi enchendo completamente aquela Praça. O tom combativo dos manifestantes, a alegria de estarem juntos operários, camponeses, soldados e marinheiros, emocionou os que nela estavam e aqueles que no passeio a viam desfilar.



# ACERCA DO "DOCUMENTO DOS 9"

**Porta-Voz do PARTIDO  
 REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO  
 BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS**



# Revolução

O documento elaborado pelos 9 membros do C. R. tem de ser analisado pelo seu conteúdo de direita e por aquilo que constitui como peça da actual situação política, sem deixar de considerar elementos de facto da realidade apontado e também as diferentes posições agrupadas entre os signatários; o documento em questão encontrou como denominador comum para as críticas e talvez para os signatários uma posição de denúncia do PC, que há que ser feita numa perspectiva de direita.

É assim que o "documento dos 9", embora usando uma linguagem de crítica idêntica em relação ao reformismo-revisionista e à social-democracia, quando toma posição em relação às situações quando o que se pode pôr em causa é que os trabalhadores não estejam à cabeça da gestão; fala de descolonização e dos desalojados de Angola de forma ambígua que encontra eco nos sentimentos mais reacçãoários; critica as formas "cupulistas e anarquizantes" de poder usando estranhamente a terminologia com que, do PS para a direita, se criticam estruturas unitárias de base e as suas acções; criticam a indisciplina militar quando o que se pode lamentar é que a base do exército não tenha adquirido mais poderes; apela para uma unidade do MFA que reverte para o movimento do 25 de Abril, impregnado de homens de direita, quando o que interessa é depurá-lo, para que só fiquem os revolucionários, finalmente este documento pouco ou nada indica de soluções concretas e as que aponta, a realizarem-se agravariam cada vez mais Portugal nas cadeias de dependência económica em relação ao imperialismo,

como seja a intensificação das relações com os espaços económicos europeus (CEE e EFTA); critica-se o PC e o seu dirigismo e em vez de se lhe opôr um projecto unitário de base opõe-se-lhe vagos termos "democráticos". Este documento é enfim uma nova forma do passado Plano de Acção Política, que, esse, foi assinado por todos os conselheiros e como tal tem a direita.

E no entanto este documento, o documento dos 9, é assinado por alguns homens profundamente anti-fascistas que ao longo destes meses deram provas de estarem ao lado dos trabalhadores e que a revolução não pode perder. A justiça de algumas das suas críticas empurrou-os para uma posição que foi habilmente manobrada por quem quer impedir que se desenrole a revolução e a ratoeira em que caíram vem confundir muito mais as posições.

A situação a que se chegou deriva da política da conciliação de classes, da ausência de planificação económica tipo socialista, do facto do poder não estar nas mãos dos trabalhadores, a política dirigista e manobrada dos reformistas-revisionistas, o assalto destes ao aparelho de Estado e aos órgãos de informação, às ondas de boatos, fazem parte das causas profundas da actual situação que, além do mais conseguem congregar à volta de posições de direita largos estratos sociais e políticos que, de outro modo, o não estariam.

Mas o combate a esta tática reformista-revisionista não se pode fazer propondo soluções tipo democracia ocidental, as quais em Portugal darão um Chile a curto prazo, dada a situação económica do país.

O combate tem de ser feito na base de um programa revolucionário que gire em volta da "aliança POVO-MFA" e que resolva imediatamente os problemas concretos dos trabalhadores - o desemprego, as condições de vida dos pequenos camponeses, a saúde, a habitação. Para este programa ser vitorioso deve assentar desde já na aliança dos trabalhadores e dos militares

revolucionários, os quais têm de rejeitar de forma clara, tanto as vias reformistas-revisionistas como as sociais-democratas, demonstrando que estão dispostos, também eles, a suportar com todas as consequências os sacrifícios agora impostos a largas massas trabalhadoras.

O Secretariado Político  
12-875

## Sedes

ALGÉS — Rua Victor Duarte Pedroso, 15  
ALGÉS DE CIMA

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, 40

ÁRGEA

BARREIRO — Rua Dr. Eusébio Leão, 31 Tel. 2076745

BEJA — Rua Alexandre Herculano, 29

BRAGA — R. Santa Margarida, 169, 1.º

CARNIDE — Rua Neves Costa, 47

CASTELO BRANCO — Alameda da Liberdade, 16

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional 10  
Tel. 2763267/2763397/2763122

COVILHÃ — Rua Visconde da Coriscada, 60

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, 21  
Tel. 24998

FARO — Rua Dr. Cândido Guerreiro, 35

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio

LAVRADIO — R. Dr. José Carcano Lobo, 12

LISBOA — Sede Central do Partido  
Rua Castilho, 70 — Tel. 48119  
573520  
573640

Jornal "Revolução"  
Rua do Arco do Carvalhão, 1, 5.º Dt.º — tel. 682323

LOULÉ — Av. José da Costa Mealha, 39-1.º

MANGUALDE — Rua Nova, 20

MARINHA GRANDE — R. Marquês de Pompal, n.º 65

OLHÃO — Rua 18 de Junho, 64 B-C

PAREDE — R. Gomes Freire de Andrade, 1 — Tel. 2474142

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, n.º 17

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110 — Tel. 315759/315786

S. JOÃO DA MADEIRA — R. Jaime Afreixo, 152

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro, 16-17

SETÚBAL — Colégio Frei Agostinho da Cruz  
Rua Jorge de Sousa

VIANA DO CASTELO — Rua José Espigueira — Tel. 22558

VISEU — Rua Cândido dos Reis, 55

## Universidades Proletárias

LISBOA — Av. 5 de Outubro, 68

ALMADA — R. Trindade Coelho — Caciilhas  
(a abrir brevemente)

## O PRP-BR

## E A GREVE DA INTERSINDICAL

No dia 18 de Agosto o jornal "O SÉCULO" dá em grande título que o PRP-BR apoiava a greve de meia-hora da Intersindical planeada para dia 19. O mesmo é repetido pela "CAPITAL" desse dia.

Tal posição, absolutamente contrária à orientação sindical traçada por este partido, alertou militantes e simpatizantes e lançou a consequente confusão.

Interrogada a Redacção do "Século" acerca das causas de tal erro, veio-se a apurar que se tratava do apoio dado à mesma greve por um partido chamado PRT. E aí temos à vista um dos motivos que leva à criação de um partido fantasma, com o nome tão parecido (...), bastantes meses após o 25 de Abril.

Os equívocos como estes têm sido inúmeros, como é de calcular,



## 2.º CONGRESSO

# DOS CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS DE TRABALHADORES, SOLDADOS E MARINHEIROS

Decorreu nos dias 2, 3, 9 e 10 de Agosto o 2.º Congresso dos CRTSM, com a participação de trabalhadores e militares, representando algumas centenas de empresas e quartéis.

Presidiu aos trabalhos uma Mesa, constituída pelo Secretariado Nacional Provisório pró-CRTSM, um delegado de cada Secretariado Regional eleito — Porto, Covilhã, Marinha Grande, Quebradas-Afcoentre, Algarve (Firma Juce Fialho), Barreiro-Lavradio, Viseu.

Foi feito um apelo para que representantes de Partidos ocupassem o seu lugar na Mesa, o que foi aceite unicamente, aliás como o

que se passou no 1.º Congresso de 19 e 20 de Abril, pelo PRP-BR, que se fez representar pelo camarada Pedro Goulart.

Fez também parte da Mesa o representante da Comissão pró-CRTs. da Banca.

A ordem de trabalhos das sessões nos dias 2 e 3 de Agosto, obedeceu a três pontos que podemos resumir ao informe do Secretariado, a análise da situação política, económica e militar e às formas de organização, possíveis através da análise do documento-guia, emanado da Assembleia do MFA, como proposta apontando no sentido da instauração da Ditadura do Proletariado.

Antes do ponto da ordem de trabalhos a que nos estamos referindo foram lidas diversas comunicações e aprovadas moções pertencentes a organizações estrangeiras e nacionais: "Union Ouvrière", Comités e Comissões Operárias Anticapitalistas de Espanha, "International Socialists" (EUA), Associação Bélgica-Portugal de apoio às lutas do povo português, moção apresentada por um grupo de soldados e uma mensagem da Comissão Revolucionária Autónoma de Moradores e Ocupantes da Pena.

Antes de se passar ao 2.º ponto da ordem de trabalhos, foi aprovada uma moção de protesto, a apresentar à Assembleia do MFA, sobre o sanamento do capitão Oliveira, por este ser militante dos CRTSM, assim como uma moção de apoio a Zé Diogo.

Em seguida, foram apresentados dados sobre a situação económica

indústrias de bens intermédios.

— Dificuldades nas indústrias da construção civil e têxteis.

Qualquer destes problemas só poderá ter solução num sistema económico em que a produção seja controlada pelos trabalhadores, que procederão à planificação socialista de toda a actividade.

Ainda dentro da análise económica, foi lida a tese dos trabalhadores bancários, afirmando-se em dado passo: "...cabe aos militantes revolucionários um papel importante que não pode situar-se de modo algum na luta sindical, onde temos, por um lado as direcções reformistas batendo-se por manter o controlo cupulista dos sindicatos... e por outro as forças contra-revolucionárias, maioritárias dentro da banca, que se opõem à previsível degradação dos seus privilégios".

Apontou-se que só existirá uma banca ao serviço do povo, quando esta estiver sob controlo operário.

preconizada pelas conclusões da Assembleia do MFA, para a tomada e exercício do poder pelos trabalhadores. Assim, foi afirmado em dada altura: "Em Portugal não há um Poder a tomar. Há um Poder que é nosso se o soubermos possuir, se o soubermos utilizar". Nesta intervenção repudiou-se igualmente as soluções reformistas, imperialistas e o capitalismo de Estado ("opressão do operário pelo próprio operário"). Perante a incapacidade dos sucessivos governos de conciliação de classes em solucionar as graves questões que defrontamos, o mesmo camarada salientou que agora não há nada a conciliar ou a reconquistar. Há, simplesmente que avançar, ter propostas concretas, numa batalha que agora começou contra todas as forças que se opõem à luta dos trabalhadores pela sua emancipação. Hoje, não se põe a questão de partido, põe-se a questão da Revolução, e esta só será vitoriosa, apoiada na autonomia de classe, aliada aos sectores revolucionários das Forças Armadas. Há que caminhar para a formação do Exército Popular Revolucionário, o povo em armas, congregando todos os revolucionários, actualmente divididos por interesses partidários. E a efectivação desta organização, só pode ser construída através dos Conselhos Revolucionários. Os Conselhos no poder são a ditadura do proletariado, forma superior de democracia. O poder dos trabalhadores não é um poder qualquer é o poder proletário, no caminho para a construção do socialismo e do comunismo.

As intervenções surgidas neste primeiro dia de Congresso, foram todas englobadas na seguinte linha de força:

— A agudização das contradições e dificuldades da economia capitalista é uma situação objectiva para o avanço revolucionário, pois a Revolução Socialista exige a agudização das crises e contradições económicas do capitalismo.

Nestas intervenções, salientou-se o problema da habitação apontando-se para a socialização dos solos e da habitação, e o problema da Independência Nacional, focada mais uma vez por um camarada da Lisnave, assim como o enfeudamento da grande imprensa, ao reformismo e ao controlo burguês.

Sobre o problema rural, intervieram camaradas directamente ligados à luta dos camponeses pela posse das terras, denunciando-se o papel desmobilizador e antiproletário do reformismo, que tem sido uma das causas da escalada reaccionária.

As intervenções militares foram de molde a frisar a necessidade de

### 1.º DIA — 2/8/75

O Informe do Secretariado Nacional relatou a actividade dos CRTSM, destacando-se a realização de vários plenários de trabalhadores e a manifestação de 17 de Junho, na qual "participaram milhares de trabalhadores independentemente das suas opções partidárias", assim como o apoio dado pelos CRTs. às lutas dos trabalhadores da Rádio Renascença e República.

Em linhas gerais, frisou-se no informe as dificuldades encontradas no desenvolvimento organizativo sendo apontadas as principais:

1 — Falta de apoio dos partidos políticos convidados, dentro da plataforma estabelecida: todos os que estão à esquerda do PS inclusivé, com excepção do PRP-BR.

2 — Reacção desfavorável por parte dos meios oficiais mesmo ao nível do MFA.

3 — O divisionismo, que impera no seio do proletariado.

4 — Deficiências de coordenação existentes nos diversos sectores que constituem o actual Secretariado Nacional, assim como a falta de fundos e inexistência de uma sede própria.

Como pontos principais do informe foram relatadas as actividades desenvolvidas, de maior importância; sessões plenárias de trabalhadores, em vários centros industriais do país criação de Conselhos Revolucionários em várias localidades e empresas; intervenções numa assembleia do MFA, acerca dos CRTSM, assim como o Plenário conjunto de civis e militares no GDACI. Frisou-se, como atrás já indicamos a actividade ligada às lutas da Rádio Renascença e "República" e a grandiosa manifestação do 17 de Junho.

Neste ponto da ordem de trabalhos houve intervenções de diversos camaradas, que relataram as actividades desenvolvidas, referindo-se aos obstáculos de toda a ordem surgidos ao bom andamento do seu trabalho.

No caso da Marinha Grande, foi relatado o boicote desenvolvido pelo reformismo, representado pelas comissões sindicais das



empresas e comissões administrativas da Câmara Municipal, que chegaram à tentativa de forcarem a expulsão dos camaradas da sede que haviam ocupado, o que foi impedido pela classe operária da Marinha Grande.

Noutros pontos o entrave à formação dos CRTSM, tem sido desenvolvido pela actual escalada reaccionária desencadeada nos meios rurais, como no caso apresentado pelo camarada de Viseu.

No entanto está em fase de expansão a criação de Conselhos Revolucionários nos meios rurais, como são o exemplo do Conselho Revolucionário, agrupando mais de 30 aldeias, um autêntico Conselho Revolucionário de camponeses em Alcoentre, e Conselho Mineiro de S. Pedro da Cova.

actual, pelo camarada Pedro Goulart, que referindo-se à balança de pagamentos disse que esta atingiria no fim do ano um déficite na ordem dos 30 milhões de contos, acompanhando uma taxa de desemprego, actualmente na ordem dos 8% da população activa (300 mil desempregados). Prevê-se a diminuição do PNB de 6%, em relação ao ano passado. O desequilíbrio da balança de pagamentos deve-se aos seguintes factores:

— Aumento da importação de bens alimentares.

— Aumento internacional dos preços dos produtos alimentares.

— Aumento do petróleo.

— Graves condições em certas indústrias: conservação de frutos e produtos hortícolas, malhas, tapetes, calçado.

— Empolamento de "stocks" nas

Foram importantes as intervenções de trabalhadores da Lisnave e Setenave, que relataram a situação difícil daquelas empresas, devido à crise do petróleo, à crise do capitalismo internacional, ao boicote do imperialismo; não passando de falsas soluções os contratos políticos com os países de Leste (Polónia e URSS), pois há que ter em conta as relações de dependência económica que esses países têm com a URSS (no caso da Polónia, esta está obrigada a pagar indemnizações de guerra ao seu vizinho soviético).

Uma das mais tensas e válidas intervenções, foi feita neste primeiro dia de Congresso por um camarada, que fez uma longa análise das forças políticas em confronto, defendendo a organização autónoma do proletariado,



# Os pequenos camponeses e as forças da reacção

As populações que têm enchido as praças de São João da Madeira, Fafe, Famalicão, para invadir e destruir sedes de partidos de esquerda não são constituídas pela burguesia da terra. São constituídas na maior parte por trabalhadores. Com eles estão pequenos grupos de agitadores reacçãoários, alguns conhecidos na Terra, que vão conduzindo as manobras e que vão "orientando" a multidão.

Perante este facto contraditório de trabalhadores atacarem partidos de esquerda há que fazer uma análise séria. Atribuir tudo ao fascismo ou ao "atrazo" das populações é um erro que pode sair caro à perspectiva revolucionária.

O que é que ganharam e o que é que perderam essas populações com o 25 de Abril? Na sua maior parte perderam.

Para os operários das zonas industriais de Lisboa e Setúbal, sector consciente do proletariado, ligado a grandes empresas desenvolvidas e onde está e estará a vanguarda, o 25 de Abril trouxe vantagens que se situam sobretudo ao nível da liberdade de organização e expressão. Com essa liberdade conseguiram mesmo mais regalias, que talvez excedam o

aumento do custo de vida. E também nesse campo estão a perder.

Mas que interessam essas liberdades para os pequenos camponeses do Centro e Norte do país?

Para esses a vida piorou. Os adubos estão mais caros, não vendem o vinho e as batatas, mantêm-se as redes exploradoras dos intermediários. Por outro lado aumentaram os produtos que teriam de comprar (mas que não compram): carne, peixe, vestuário, calçado. Esta é a realidade concreta que o 25 de Abril ofereceu àquelas populações.

Vir depois com "dinamizações" e outras enorrradas de palavras é não compreender esta realidade.

Há um ano estas populações ainda suportavam as "campanhas de dinamização", porque esperavam que aqueles senhores lhes trouxessem além das palavras "democracia" e "anti-fascismo", coisas concretas que lhes melhorassem a vida. Mas desconfiavam... como provavam a hostilidade demonstrada e muitas vezes mal contida pela espingarda em cima da mesa da presidência.

Hoje, passado um ano, eles sabem que o 25 de Abril de Lisboa nada lhes trouxe e em muitos sítios

aumentou-lhes a desgraça. Mais uma vez os senhores do capital são a opressão do camponês.

E, também como de outras vezes, vão fardados, porque são o poder.

No entanto, eles, os camponeses, estão abertos a dar, se receberem o mínimo de ajuda como prova a boa convivência dos homens da Academia Militar com as pessoas do distrito da Guarda, porque deram o que podiam dar - melhoramentos em escolas e casas, canalizações, algumas pequenas obras de engenharia e até... a reconstrução da casa do padre (por pedido expresso da população).

Perante este quadro, a que se junta tudo o resto que é mais citado - analfabetismo, pouca politização, fanatismo religioso e mágico - é fácil perceber que a reacção tem um campo ótimo para manobrar e conduzir. É fácil pô-los contra o poder político de Lisboa. O poder político de Lisboa pelo seu lado, tem estado objectivamente contra eles.

E no entanto também será fácil para um poder realmente socialista revolucionário tomar medidas de modo a alterar as condições de vida dos pequenos camponeses.

E nesse aspecto há não só que adoptar medidas imediatas, como as que se irão tomar - baixar o pre-

ço dos adubos, comprar o vinho e as batatas, etc - como encontrar uma planificação nacional que considere seriamente o problema dos pequenos camponeses. Esse aspecto não pode estar desligado de toda uma reconversão da economia, que tenda ao desenvolvimento do sector agrícola para aí se ir buscar os produtos alimentares, que se compram actualmente ao estrangeiro. E isto com a urgência necessária a um país que necessita de sobreviver furando todos os bloqueios.

Este desenvolvimento do sector agrário tem de ter o necessário apoio em dinheiro e em máquinas para que o trabalho se torne rentável. Não basta portanto aplaudir que os camponeses ocupem as terras; enquanto a terra não dá os seus produtos os camponeses precisam de sobreviver, precisam de dinheiro todos os dias para comer. E para que a terra produza são necessárias máquinas e adubos.

A Revolução agrária tem que fazer a sistemática nacionalização dos latifúndios de Alentejo e o estabelecimento de cooperativas no Centro e no Norte do país. Mas depois disso não se pode deixar os

trabalhadores rurais e os camponeses ao abandono. É necessário apoiá-los, por eles próprios e pelo país, por nós todos, que queremos comer todos os dias.

As redes de intermediários têm de acabar tal como estão. Não pode acontecer que os camponeses de Alentejo e Quebradas depois de corajosamente ocuparem as terras e as defenderem, tenham que deixar apodrecer a fruta porque o preço a que lhes querem comprar é ridículo. Não pode acontecer que continuem com o vinho por vender.

Por outro lado os camponeses, tal como os operários têm que ter o poder sobre as suas próprias coisas. Há que eleger comissões, conselhos, em cada propriedade ocupada, em cada cooperativa, em cada aldeia, conselhos esses que dêem contas à assembleia.

Essa é a maneira de ir vencendo a legítima resistência que a "provincia" oferece aos senhores de Lisboa. Ou seja, tem de deixar de haver senhores de Lisboa, para passar a haver senhores em todo o país.

Assim a reacção e os seus agitadores profissionais terão um campo menos fácil para actuar. Têm de se conquistar os camponeses para o lado da Revolução.

## 2.º CONGRESSO DOS CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS DE TRABALHADORES, SOLDADOS E MARINHEIROS

Continuação pág. 3

organização nos quartéis. Sobre uma polémica surgida acerca da organização dos soldados da GNR, houve uma intervenção da camarada Isabel do Carmo, em que se afirmou em dado passo "os homens quando nascem não são bons nem maus, não são heróis nem santos, as coisas não ficam determinadas à partida, os homens são aquilo que as condições vão fazer-

do deles, e exactamente os homens da GNR, como os outros", e mais adiante: "Isto é a História. Os mesmos extractos sociais, os mesmos grupos sociais podem em momentos diferentes estar do lado da Revolução ou estar contra a Revolução. A obrigação da vanguarda do proletariado é exactamente fazer essa análise e saber quem está contra ou a favor e trazer para seu lado o mais possível de extractos sociais".

Neste ponto houve a intervenção do camarada Francisco Marques do PRP-BR, que chamou a atenção do Congresso para as contradições existentes no seio do MFA, a necessidade de os militares revolucionários de tirarem conclusões sobre a ruptura com o imperialismo ocidental, e resistência à introdução do reformismo, apontando sempre para a formação do Exército Popular Revolucionário, destruindo as estruturas hierárquicas do actual exército burguês.

Após haver uma referência à proposta reformista de formação de CDR's, houve a intervenção de um representante das relações exteriores daquela organização englobando 36 CDR's já constituídos. Esta intervenção suscitou uma **v i v a p o l e m i c a**. Congresso apercebido das inúmeras contradições e falsos argumentos apresentados por aquele camarada, que não conseguiu justificar a falta de representatividade dos CDR's., surgidos por autoneomeação e não por eleição em Assembleia-Geral. Cabe acrescentar que a maioria dos CDR's., com excepção de uma ou outra fábrica apareceram no sector de serviços onde impera a pequena burguesia e o reformismo.

Três perguntas feitas por um camarada da Sorefame, ligado aos CRTSM, não obtiveram resposta esclarecedora por parte do representante dos CDRs. Essas perguntas referiam-se à formação dos Comitês, um mês após a criação dos CRTSM, contribuindo para a desunião da classe e à enumeração das empresas onde houvesse eleição democrática dos CDRs. A outra pergunta baseava-se na afirmação do representante dos CDRs., de que estes estariam infiltrados por elementos oportunistas, e perguntava-se objectivamente porque não houverá até à data uma denúncia pública desse facto.

vamente porque não houverá até à data uma denúncia pública desse facto.

Este debate deu origem a uma intervenção da Isabel do Carmo, demonstrando o oportunismo e a feição partidária dos CDRs., não por estes serem propostos por um partido, mas sim por permitirem a manipulação partidária o que se verifica na prática. Apresentou-se uma proposta para um debate público na televisão pondo frente a frente os secretariados dos CRTSM e dos CDRs.

2.º DIA - 3/8/75

Tendo-se formado grupos de trabalho para elaborar sínteses do decorrer da primeira parte do congresso, estas foram apresentadas focando todos os aspectos da actual conjuntura como sejam a análise da situação económica, por sectores (Banca, Indústria, Agricultura, Habitação).

Neste segundo dia do Congresso os elementos da UDP, justificaram a sua recusa em participar na mesa, alegando que se encontravam no Congresso como observadores e não como representantes da sua organização.

Entrou-se no ponto 3 da ordem de trabalhos: Formas de organiza-

ção da classe para a tomada e exercício do poder, analisando o Documento-Guia aprovado na Assembleia do MFA. Este documento foi considerado como uma vitória das massas, como institucionalização da organização autónoma da classe.

Passou-se à análise da situação militar, onde se fez referência às tendências antagónicas no seio do MFA: a Direita, o Reformismo e a existência de uma ala Revolucionária. Foi apresentada como tarefa prioritária da classe, o esclarecimento dos militares "indecisos", ideologicamente confusos de forma a trazê-los para o campo da Revolução.

DIA 9 E 10 DE AGOSTO

Esta segunda parte do Congresso dos CRTSM destinou-se a apresentar as diversas conclusões obtidas nos dias anteriores, e as intervenções obedeceram aos pontos de coordenação dos CRTSM e linhas gerais de actuação e tarefas imediatas (reorganização e eleição).

Foi feita a denúncia por serem propostas de direita dos documentos apresentados por Melo Antunes e a Carta Aberta de Mário Soares, que são a prova da incapacidade de governar por parte de burguesia, sem ser através da repressão. Houve intervenções de

camaradas estrangeiros, como é o caso da Lotta Continua que denunciou a chantagem do imperialismo, intervindo no processo revolucionário em Portugal, Falou também um camarada da Rádio-Renascença, que solicitou o apoio de todos os trabalhadores à Cooperativa Popular de Informação.

Esta segunda parte foi caracterizada pela leitura de propostas concretas de trabalho, emanando do Congresso diversos documentos, com propostas e soluções para os problemas com que se debate a sociedade portuguesa.



# PORTUAGL E A CONFERÊNCIA DE HELSÍNQUIA



A Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, iniciada em 3-7-73 e terminada no passado dia 1 em Helsínquia, mais não fez que consagrar a ordem existente no continente europeu; nela tomaram parte todos os países europeus (à excepção da Albânia), os E.U., o Canadá e ainda 6 nações não europeias do Mediterrâneo: Argélia, Egipto, Israel, Marrocos, Síria e Tunísia.

Esta Conferência, que se situa num âmbito da política de

desanuiamento e cooperação que a URSS tem pretendido estabelecer, acabou por se resumir a um debate entre as duas superpotências que, jogando taticamente os seus diversos peões, mais não pretendiam que o reforço das suas posições.

Todavia, bem se pode dizer que esta Conferência tem um já longo - passado dado que foi em 1954, em plena guerra fria, que a URSS colocou pela primeira vez a necessidade de um acordo entre os

países europeus, com o qual pretendia a defesa das suas próprias fronteiras e da sua zona de influência que lhe era já disputada.

Dado que os E.U. pensavam ainda poder reduzi-las responderam negativamente à proposta então feita por Molotov.

De resto, a pretensão que a URSS demonstrava ter há já 21 anos inscrevia-se na sua tão célebre e tão discutida política externa de "coexistência pacífica" e de "não ingerência nos assuntos internos dos países", política externa esta que, como é evidente, funcionava em estreita relação dialéctica, com a política interna então praticada por Estaline.

Isto é, enquanto no plano interno a URSS havia já deixado de ser um Estado com democracia operária, a verdade é que no plano externo a política praticada era uma política de conciliação.

Submetendo o proletariado dos países de Leste a uma profunda dependência e vinculação sobretudo política e cultural, em relação à "pátria do socialismo", os dirigentes soviéticos mostraram-se mais preocupados na consolidação do Bloco de Leste, do que propriamente no apoio ao proletariado em luta nos diversos países da Europa.

Esta é a estratégia a que tem obedecido as diversas táticas da URSS, e é dentro desta perspectiva

que deve ser compreendido o interesse desta nação na existência duma Conferência de Segurança e Cooperação Europeia.

Nestes dois anos a Conferência passou por 4 fases, que podemos resumir da seguinte maneira:

1 - Reconhecimento das actuais fronteiras e zonas de influência e possibilidade de, nessas circunstâncias se garantir a não existência de guerras.

2 - Cooperação económica e técnica.

3 - Intercâmbio de ideias e contactos humanos, esta manobra desencadeada pelos ocidentais, provoca na URSS uma alteração das normas rígidas do seu regime na medida em que permite a entrada neste país de livros, jornais, filmes, conferencistas, etc.

Após larga discussão, assenta-se no princípio de "não ingerência nos assuntos internos de cada país", o que acaba por ser um saco sem fundo...

4 - Institucionalização da Conferência, através de um Secretariado permanente.

## ACTA FINAL: AMONTOADO DE PALAVRAS SEM CARÁCTER OBRIGATÓRIO

O texto aprovado na Conferência de Helsínquia, a Acta Final, é um

documento sem grande interesse prático onde, para além da confirmação das actuais fronteiras e das duas zonas de influência, se estabeleceram princípios básicos a respeitar e aplicar nas relações entre os estados participantes nos trabalhos.

Assim, dado que "o texto não constitui um tratado", a Acta Final de Helsínquia é apenas um amontoado de palavras, que não têm qualquer carácter obrigatório que seja necessário respeitar.

Nem sequer o facto de realização das manobras militares terem que ser obrigatoriamente anunciada é um elemento significativo, dado que este carácter obrigatório só existe quando o número de homens envolvido em cada manobra é superior a 25 mil...

O próprio Caramanlis afirmou ser "lamentável que no texto não tivesse sido incluída uma cláusula determinando sanções contra qualquer país que violasse os acordos estabelecidos".

Deste modo, a Acta Final é um documento que em nada deverá concorrer para a verdadeira paz no continente europeu já que a paz não pode ser fruto de entendimentos entre as cúpulas das superpotências mas, pelo contrário, da democracia operária exercida pelo proletariado no poder.

Continua pág. 6

# CARTA DA SUÉCIA

A 2 de Agosto reuniram-se em Estocolmo no Palácio de Haga "os senhores da Europa" como propagação à imprensa local. Quem são? Olof Palme primeiro ministro da Suécia, Bratelli primeiro ministro norueguês, Jorgenssen primeiro ministro dinamarquês, Harold Wilson primeiro ministro da Inglaterra, Rabin primeiro ministro de Israel, Schmidt chanceler da Alemanha Ocidental, Kreisky chanceler da Austria, Joop Van Den Uyl primeiro ministro da Holanda. Leaders dos partidos socialistas: Soares de Portugal, Mitterand da França, Sorsa da Finlândia, Willy Brandt da Alemanha Ocidental e Bretino Craxi da Itália.

Em resumo: a II Internacional em peso e a nível de chefes de Estado encontra-se a convite de Olof Palme para debater: Portugal e questões económicas. Portugal foi de facto a origem da convocação e o ponto central de toda a sessão como o afirmam a imprensa local, internacional e os próprios chefes de Estado presentes. Não satisfeitos com a ordem de trabalhos e a natureza da convocação que já em si são uma clara intromissão em questões internas portuguesas (estes "paladinos" de desenvolvimentos democráticos, instigadores do nacional-chauvinismo, neutralistas e "respeitadores das soberanias nacionais", assinantes do documento final de Helsínquia, opressores directos e colaboradores da depressão na Palestina, etc...) os os chefes de Estado presentes decidem constituir um comité presidido por Olof Palme para delinear sob o comando do último um plano de ajuda a Soares e ao "desenvolvimento do socialismo democrático em Portugal através do Partido Socialista de Soares" (sic. Olof Palme em conf. de Imprensa após reunião). A loucura de Soares parece ter contagiado o próprio Palme que já de há muito sofre de grandes males predisponentes. Assim ao mesmo tempo que Soares, numa explosão oportunista frente aos partidos conservadores mas da esquerda social-democrática fez a sua declaração

de esquerda declarando à imprensa, rádio e TV que é um marxista-leninista anti-stalinista nisso "diferindo do PCP que é stalinista". Olof Palme preside a uma comissão, em que participarão representantes de vários governos da Europa, que publicamente declara assumir um fim conspirativo contra Portugal. A comissão terá de resto outra primordial função: a formação da opinião pública internacional, em especial nos "feudos" destes "Senhores da Europa".

Que diria esta canalha se Brejnev reunisse os chefes de Estado dos países de Leste para formar uma comissão para o desenvolvimento de um comunismo democrático na Suécia?

Harold Wilson, este novo velho buldog inglês em risco permanente de perder os poucos dentes que tem que há bem pouco tempo traspirava por todos os poros aquando da possibilidade de ser obrigado a sair do Mercado Comum, representa perante a imprensa internacional o papel de representante diplomático do



Mercado Comum em Estocolmo, quando diz que esta última organização só dará ajuda económica a Portugal em caso de certas condições políticas se preencherem por parte de Portugal e que dada a situação actual "evidente" que "essa ajuda se fará devagarinho".

Harold que provavelmente tal como o seu amigo Mário é marxista-leninista, está extremamente preocupado com os poucos ganhos que em Portugal poderia

auffer os argumentos democráticos investidos pelos seus "inimigos" de classe capitalistas. Este senhor à velha moda feudal tem a pretensa soberba de falar nos termos que se seguem dos seus revoltados "servos da gleba": quando um jornalista lhe perguntou se Harold estava optimista com o desenvolvimento da situação em Portugal depois de ter conversado com Costa Gomes em Helsínquia, responde Harold: "Não. Eu e

Continua pág. 6



# CARTA DA SUÉCIA

Continuação pág. 5

outros senhores da social-democracia pusemos a Costa Gomes com a maior clareza e BRUTALIDADE as nossas apreensões sobre Portugal mas não fiquei de modo nenhum optimista com a conversa" mas, acentua Harold Wilson com acento e gesto de soberba superioridade: "estou certo que lhe dei fortes razões para pensar" (sic. Conf. de Imprensa após reunião). Aonde chega a anti-diplomacia e a certeza destes canalhas.

## "MARXISTA-LENINISTA" DE-FENSOR DO CAPITAL

Soares muito político e porque possivelmente sente que o feitico se pode virar contra o feiticeiro - apela, sabendo de antemão que já criou as condições para que o seu apelo não seja ouvido, para que os sociais-democratas dêem ajuda económica a Portugal sem condições políticas. O mesmo rapaz que há algum tempo atrás apelava para os "democratas europeus" boicotarem economicamente Portugal se as suas, as de Soares, condições não fossem aceites pelo MFA. Neste momento em que este "marxista-leninista" se põe aterrado ao poder dos Conselhos Operários e defendendo os interesses do Capital põe o país à beira de uma guerra civil aberta, desencadeando uma selvagem campanha anti-comunista através da qual pretende esmagar as conquistas já alcançadas (e em promessa) pela classe operária, não são já necessárias por parte de Soares nenhuma "pacífico-políticas" sobre os seus amigos para que se evite o investimento económico. De facto a guerra civil, agudização paroxística da luta de classes já começou. Mas Soares sabe que brinca com o fogo e conscientemente, o que o torna um claro criminoso. Brinca com o fogo pois sabe bem que se é favorecido pela crise económica na criação das suas forças de choque contra-revolucionárias, por outro são os mesmos factores que estarão na aceleração do processo revolucionário e agigantamento dos Conselhos Operários. Daí, talvez o facto de insistir nas necessidades de ajuda económica perante os amigalhões da social-democracia. Uma no cravo outra na ferradura. As misérias de um pequeno-burguês doente que não hesita no entanto na tentativa de generalizar a sua tragédia pessoal. Soares sabe bem que uma coisa é o que diz em conferências de Imprensa e outra o que se passa dentro dos muros de Haga. Como diz um jornal da tarde comentando a declaração de Harold Wilson em que "o Mercado Comum não financia ditaduras"; "A estas condições (a de não financiar ditaduras) não tem Soares na alma e no coração nada a opôr. Na realidade é uma das restantes cartas

que Soares tem a jogar na luta pelo poder contra os generais governantes" (sic Expressen). Na Rádio-televisão sueca (que como o resto da imprensa sueca tem realizado a mais desavergonhada campanha de deturpação contra Portugal) mostrou-se dia 3 de Agosto um filme de um repórter inglês em que se vê o ataque e incêndio da Sede do PCP em Bragança e à velha maneira nazista fogueiras de panfletos e livros. Vê-se o espancamento de militantes do Partido. Em grandes gritos o repórter inglês faz referência às armas encontradas na sede (que não ajudaram em nada os militantes do partido), três espingardas e 12 bombas de gaz lacrimogénio. Pois a seguir a tal filme sobre a demonstração, Mário Soares, presente nos estúdios da Rádio Televisão sueca para conferência de Imprensa ( mais uma), responde do seguinte modo sobre a possibilidade de iminência de uma guerra civil em Portugal: "não seríamos nós, os socialistas, os responsáveis por tal. O povo português lutará certamente pelas suas liberdades e pelo socialismo. O povo português

lutará contra o Stalinismo". Para terem uma ideia de como a imprensa internacional, inclusive a sueca, tem tratado Portugal: um jornalista que sabendo do que se está a passar em Portugal tem a lata de perguntar a Mário Soares "se ele e o seu Partido Socialista estavam prontos a passar à clandestinidade?" (isto enquanto ardem as sedes dos partidos de esquerda). Olof Palme e Soares inclusivé, apanhados desprevenidos pela pergunta não poderam conter-se e riem às gargalhadas (filme na TV) em vez de chorarem perante a prova cabal de como têm falsificado nos seus órgãos de imprensa internacional os factos sobre a realidade portuguesa. E Mário Soares, quando todos os dias chovem notícias dos ataques e incêndios das sedes de partidos de esquerda, tem a lata de responder à pergunta de um modo sério e comprometido dos "riscos" que ele está a correr do seguinte modo: "...eu respeito o processo de luta dentro da legalidade democrática." (sic. filme na TV). Mas este "marxista" não é tão louco como nós o podemos julgar. Mário



vem a Estocolmo buscar e obter a legitimação para o seu golpe de Estado. Olof o diz declaradamente: "socialismo democrático em Portugal através do partido de Mário". (sic.) No Dagens Nyheter dia 3, Grande manchete: "Socialismo Democrático em Portugal será arranjado pelo secretariado de Palme" (sic). Note-se que não se trata de alusão à formada comissão mas directamente ao secretariado sueco de Palme. A redacção do di-

to jornal (liberal) não deixa de cimentar através da sua expressão a sensação clara de declarada conspiração organizada em Haga contra Portugal.

## PARTILHAR O MUNDO

Representantes do Conselho Revolução deslocam-se (possivelmente) em Setembro à Suécia a convite de Palme e então (como comenta um jornalista sueco num jornal social-democrata) poderá

Continua pág. 7

# PORTUGAL E A CONFERÊNCIA DE HELSÍNQUIA

Continuação pág. 5

## COSTA GOMES FOI MAL RECEBIDO

Como dizia na semana passada um semanário "o Presidente Costa Gomes ouviu em Helsínquia, em 24 horas, o que poucos presidentes devem ter escutado em 24 anos". Com efeito, Costa Gomes foi sujeito a uma tremenda hostilidade por parte das forças sociais-democratas (algumas ditas "socialistas") e das forças da direita reacçãoária europeia (caso de Giscard D'Estaing).

Por outro lado, os países do bloco de Leste remeteram-se a uma passiva "neutralidade" colaboracionista, dado que até mesmo em função do documento pelo qual a URSS tanto lutou, não podem apoiar um país que se encontra com fortes possibilidades de fazer a curto prazo, a Revolução Socialista.

Com efeito, o facto do bloco de Leste não apoiar clara e suprapartidariamente o proletariado português, é bem a prova daquilo a que pode chegar a política da coexistência pacífica (política de coexistência pacífica que tem, não raras vezes, representado uma traição clara ao que deveria ser o internacionalismo proletário).

Já os dirigentes sociais-democratas que se reuniram no dia 2 deste mês em Estocolmo mostraram claramente a sua face capitalista ao decidirem que o apoio a Portugal deve ser apenas

dado caso hajam condições políticas que o permitam.

Isto é, aqueles que na véspera afirmavam a "não intervenção nas questões internas" dos outros países condicionam a cooperação económica à existência de condições de segurança políticas, as quais, no dizer dos sociais-democratas, consistem na existência de uma democracia política (leia-se burguesa) ou, se quisermos usar um eufemismo caro a alguns dirigentes portugueses, um regime de "socialismo" pluralista e em liberdade...

Um outro aspecto importante da ida de Costa Gomes a Helsínquia foram os contactos que o Presidente da República estabeleceu com diversas personalidades.

De resto, Costa Gomes havia-se referido à nossa situação política em termos bastante semelhantes àqueles inseridos no P.A.P., não tendo sido, certamente, por acaso que privilegiou os contactos com os heterodoxos do bloco de Leste. (Roménia e Jugoslávia). O próprio Tito abordou com Costa Gomes a questão das ligações Portugal com os países não-alinhados, os quais se reunirão proximamente em Conferência.

Ao regressar a Lisboa Costa Gomes afirmava que "...há uma certa harmonia na forma de pensar, tanto nos países de Leste como nos países de Oeste" e "todos esperam que Portugal continue na tradição das revoluções, com a Europa como uma nação que está

integrada num determinado bloco e no qual terá de permanecer", enquanto o acordo firmado em Helsínquia "não der os seus resultados".

Entretanto, na sequência das conversações já iniciadas em Vladivostok, Ford e Brejnev aproveitaram o ensejo para se encontrarem, tendo a questão portuguesa vindo uma vez mais à baila...

Deste modo pretendem os E.U. e a URSS utilizar Portugal como moeda de troca para os acordos que, num âmbito mais lato, estabelecem entre si.

Só que o proletariado português, à semelhança do que tem acontecido noutras regiões do globo está-se nas tintas para os entendimentos das cúpulas, pois o que lhe interessa é construir de facto um Estado Socialista, independente qualquer das duas superpotências.

## QUEM SAO OS NOSSOS ALIADOS

Parante uma Europa que se encontra numa situação económica cuja gravidade, devido à ressecção e ao desemprego existentes, atinge patamares tremendamente criticos, a realidade político-militar, em Portugal, constitui um péssimo exemplo para o mundo capitalista.

Daí que ninguém, quer por parte das 35 nações europeias presentes em Helsínquia, quer pelo lado dos diversos países não europeus que

também lá se encontravam, tenha apoiado claramente o processo revolucionário português.

De facto, os revolucionários portugueses sabem bem que, acima de tudo, têm que contar com as suas próprias forças, dado que as diversas promessas de cooperação e auxílio económico têm sido condicionadas a exigências políticas de cariz reacçãoário-reformista.

Por outro lado, os revolucionários sabem também que a Revolução Socialista conduzirá à consolidação da independência nacional, a qual porá cobro a qualquer tipo de subordinação económica e política às duas superpotências.

Não é que, longe disso, os portugueses se encontrem isolados, como que estando perdidos numa ilha - os aliados da nossa Revolução Socialista são os povos oprimidos de todo o mundo e, mais particularmente, os explorados do Terceiro Mundo, com especial relevo para os povos irmãos das nossas ex-colónias.

Por isto, bem mais importante que a participação em hipócritas Conferências que servem objectivamente os interesses das duas superpotências, será o reforço da aliança com todos os que lutam pela libertação do homem e pela existência dumha sociedade sem classes.

No entanto, e como não podia deixar de acontecer, a política externa portuguesa é um reflexo das grandes contradições existentes no plano interno.



# FIL: QUE FUTURO PARA 800 TRABALHADORES

Perante o monte de problemas de todos os géneros que afligem os 800 trabalhadores, aproximadamente, da Fiação de Leça (FIL), existente em S. Mamede de Infesta, nos arredores da cidade do Porto, depressa se chega a uma conclusão. É a seguinte: ainda há, nesta altura, operários sem nenhuma consciência de classe; ora operários destes, sempre prontos a deixar-se explorar e a fazer o jogo dos patrões, representam um convite e um apoio permanentes, onde quer que estejam, para o avanço da reacção fascista, para a sua própria sobre-exploração e opressão, e até para graves sabotagens económicas que colocam imediatamente em risco a estabilidade dos seus respectivos empregos, além de lesarem a economia portuguesa.

Trata-se de uma conclusão lógica mas triste. A influência burguesa consegue introduzir-se no seio da classe operária, desviando-a dos seus interesses político-económicos verdadeiros e profundos.

O mau ambiente ideológico e de trabalho que reina na FIL motivou o nosso contacto com uma família ligada àquela fábrica desde há muitos anos. Reproduzimos aqui as suas declarações e as conclusões a que chegamos. Falámos com uma operária de 22 anos, cuja mãe, já reformada, lá trabalhou também, assim como quase todos os elementos da casa. É evidente que, se o nível ideológico geral dos operários do sector têxtil nortenho não for de facto muito avançado relativamente a sectores de ponta, isso terá uma boa explicação, verdadeiros motivos. Resumindo-os: o sector têxtil precisa de mão-de-obra barata, até porque não requer uma preparação tecnológica especial; esta mão-de-obra encontra-se mais facilmente em zonas semi-rurais e dentro das camadas de idade muito baixa (dos 14 aos 21 anos, principalmente) e, dentro destas camadas principalmente do lado do sexo feminino. É nesta base concreta que os problemas surgem.

Como era de esperar, a maioria dos operários da FIL são menores de idade e são mulheres. Ganham o salário mínimo normalmente. Há 19 delegados, de uns 10 sindicatos, mas não há Comissão de Trabalhadores nem outra organização. Fundada há mais de 20 anos, a fábrica tem secções de fiação, tecelagem, tinturaria, estampanaria, acabamentos e confecções que trabalham em laboração continua. A sua produção é quase toda destinada à exportação (sobretudo para a Inglaterra). Parece viver numa situação económico-comercial desafiada.

Passam por ser seus proprietários o arquitecto Gaspar Coutinho (que lucrou bom dinheiro colaborando com o salazarismo-marcelismo) e um seu irmão, o advogado Joaquim Coutinho, mas o "testa de ferro" é Álvaro Machado. Joaquim Coutinho troca assiduamente de carro e anda num espaçalhão com matrícula estrangeira. É tudo gente ligada a outras empresas importantes, inclusive no estrangeiro.

Apesar da presença de tantas mulheres a fábrica não tem creche nem dá sequer às operárias a meia hora caso queiram amamentar os seus bebés. Também não serve a dose diária de leite aos operários que lidam com substâncias fortemente tóxicas, chegando a trabalhar em condições impossíveis. O refeitório é um corredor. Comem em cima de duas tábuas, no meio do barulho dos teares (em cima) e dos maus cheiros (monteiras, fossas da tinturaria, etc.). Os patrões reclamam ao ver quase toda a gente a comer pelos cantos, fora do lugar, tendo até existido uma multa contra isso, mas não querem saber das péssimas condições da

aquele "refeitório". A comida, levada de casa, é aquecida numa estufa já muito velha ou em águas quentes da tinturaria (provenientes do rio Leça, consideradas envenenadas) e cheias de corantes. Nesta secção da tinturaria, de inverno, só se pode estar de guarda-chuva. O vestuário é uma calamidade e o mesmo acontece com os sanitários. Chuveiros a funcionar não há. No entanto, o escritório está cheio de conforto: gabinetes amplos, airoso, envidraçados, com alcatifas, cadeiros imperiais — tudo abunda lá onde as pessoas engratadas nada produzem.

Os 800 trabalhadores estão isolados entre si, não só por causa dos turnos mas também por causa das várias secções separadas. A operária de 22 anos que entrevistámos disse não conhecer de vista mais de uns 200 camaradas, no máximo. Quando querem falar entre si, têm de ir ao quarto de banho... Assim, torna-se muito difícil para eles conhecer todos os problemas existentes na fábrica, consciencializarem-se mutuamente e organizar as lutas. Os patrões sa-

bem fazer o seu jogo, é claro... Mas nós, trabalhadores devemos fazer outro tanto e, depois de organizar a defensiva, passarmos ao ataque contra o inimigo de classe até o derrotarmos.

A única luta (vitoriosa) que se registou na FIL até hoje foi motivada há meses pela recusa dos patrões a assinar um novo CCT. Todos os horários de trabalho foram respeitados. Foi uma luta "legalista"... Os trabalhadores retiraram os administradores e obrigaram-nos a ceder; interveio a PM, que começou por agredir trabalhadores e familiares, mas depois mudou de atitude no meio de muita confusão. Os outros inúmeros problemas de trabalho não foram postos. Por exemplo na secção de confecções, três mestres que ganhavam 7 000\$00 e nada produziam a sério, recebiam "prémios de produção" (agora abolidos, sem luta) que lhes rendiam por vezes quase outros 7 000\$00! Há cerca de um ano, os trabalhadores ofereceram à intersindical (cujos dirigentes não tinham elegido), por sugestão dos 19 delegados sindicais (que eles também não escolheram) um dia

de trabalho. Mas os delegados de trabalho foram mais longe há cerca de um mês: o patrão falou com três deles e eles convenceram as operárias da sua secção (confecções) a darem trabalho extraordinário para se terminar uma encomenda urgente. Durante uma semana, mais de 100 operárias procuraram assim enriquecer melhor o pobrezinho do patrão com esta "esmola"! E não surgiram reacções contra isto...

Não admira, nestas condições, que os patrões da FIL manobrem à vontade e se excedam contra os trabalhadores, em vários aspectos. Chegam ao ponto de chamar o pessoal em grupos calculadamente escolhidos para fazerem certas comunicações delicadas. Os patrões mantêm assim os operários desorientados e divididos entre si, impossibilitados de adquirir uma correcta consciência dos problemas.

Quando poderão os operários da FIL (e até do sector têxtil inteiro) integrar-se na vanguarda do processo revolucionário que estamos a viver e que levará à construção do socialismo?

## CARTA DA SUÉCIA

Continuação pág. 6

Palme falar-lhes "com uma imensa autoridade pois tem atrás de si o apoio de um tão grande número de países" (sic.). Já Harold Wilson afirmou à imprensa após a reunião em Haga que falou com autoridade a Brejnev em Helsínquia "avisando-o" de que o caso Portugal será a primeira prova do acordo de desanuviamento assinado em Helsínquia, (respeito das soberanias nacionais, não intromissão em questões internas e respeito pelas fronteiras existentes). E Brejnev ao que parece aceitou o aviso. A história das Internacionais é semelhante de 36 repete-se. Brejnev assinou o documento com lágrimas nos olhos. A sentença de morte da classe operária. Entre outras, a da classe operária portuguesa.

Olof Palme de hoje é o mesmo que há algumas semanas atrás participar numa demonstração comum com os outros partidos representados no parlamento sueco com o fim de apoiar o desenvolvimento democrático em Portugal. Os outros partidos do parlamento sueco: três partidos que se intitulam a si próprios burgueses e o representante do partido comunista. A demonstração não é levada a diante pois os comunistas e um dos partidos burgueses

claramente fascista se recusam a participar. Ai com o Soares como aqui com os palmistas (Olof).

Desta conferência de Haga saiu outra decisão: a de apoio aos amigalhões israelitas se os países africanos em Kampala procurarem expulsar Israel da ONU. A isso deixam-vos a vocês o comentário.

### A SEGURANÇA DOS SOCIAIS DEMOCRAAS

O palácio de Haga está situado no meio de um parque público. Para a realização da conferência destes amigos da democracia e da humanidade e tão amados pelos seus povos, o parque foi fechado, na sua maior parte ao público e rodeado dentro de um perímetro de 500 metros por um espectacular aparelho policial. Uma clara demarcação feita à linha isolava o palácio impossível de descortinar por entre os bosques que o rodeiam. Carros e jipões da polícia, agentes da polícia secreta à paisana dentro e fora do bosque, patrulhas a cavalo, patrulhas com cães policiais, barcos de polícia no sector do parque que dá para um lago. Jornalistas estrangeiros e suecos identificam-se a 500 metros do palácio. Transentes são revistados pela polícia nos acessos ao parque. A imprensa diária de sábado (dia da

conferência avisa o público que é melhor absterem-se de se dirigir ao parque mesmo na parte não vedada. No dia seguinte a imprensa sueca considera unanimemente que é o maior aparato policial visto na Suécia só comparável ao da visita de Krutchev em 64. Os jornais da tarde em grandes alardes "avisam" o público que as forças policiais mais aguerridas estão no local. Um jornalista sueco não sem ironia afirma... "Só a visão deste aparato me fez uma impressão de tal sorte que mal me atrevi a meter a mão ao bolso para tirar um cigarro quando da conferência de Imprensa".

### MANIFESTAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Nesse mesmo dia um grupo de manifestação contra a social-democracia e de apoio aos Conselhos Revolucionários, em frente da entrada única de acesso ao palácio. As palavras de ordem dos cartazes exibidos eram as seguintes:

Estremecem burocratas que em breve sereis varridos pelo poder dos Conselhos Operários.

Tudo o poder aos Conselhos Operários de Portugal.

O caixote do lixo da história está no Palácio de Haga.

Os leaders socialistas de Haga igual a agência funerária do socialismo.

Viva o MPLA.

SOARES: Os padres abençoam-te, o capital internacional apoia-te, os fascistas são a tua tropa de choque.

O futuro de Portugal: FASCISMO OU REVOLUÇÃO, vocês que escolham o lado.

Uma classe operária armada jamais será vencida.

Mas o que é evidente, é que por detrás desta campanha está o aparcamento em Portugal dos órgãos da democracia directa: Conselhos Operários. Todos estes senhores e outros exaltam-se e perdem a cabeça (desde 1871) aquando da constituição dos órgãos que serão irrecuperáveis. Irrecuperáveis pelas características inerentes a esses órgãos e não pelo facto de que sejam benditos por qualquer poder misterioso. Órgãos armados simultaneamente de decisão e execução. A burocracia estilhada. Característica que a ser aplicada a todos os sectores da compartimentada vida diária levará à queda do castelo de cartas que são as mistificações da ideologia dominante em período avançado do desenvolvimento capitalista.



# COPCON

## AUTOCRÍTICA REVOLUCIONÁRIA



Os soldados e os marinheiros na manifestação unitária demonstram bem que as manobras da reacção podem desencadear uma guerra civil

## GRUPO DE OFICIAIS APRESENTA PROPOSTA DE TRABALHO PARA UM PROGRAMA POLÍTICO

### I — A SITUAÇÃO ACTUAL

1 A situação a que o país chegou, em consequência da incapacidade verificada a todos os níveis em resolver os problemas concretos que se têm deparado aos órgãos de poder, desencadeou uma degradação económica geral com o inevitável acentuar do desequilíbrio entre zonas urbanas e zonas rurais, e a zona industrial de Lisboa e outras zonas industriais menos desenvolvidas. O acentuado dirigismo e tentativas de controle do aparelho de Estado por parte dos partidos, com especial realce do PCP, levou alguns militares com responsabilidade no processo revolucionário a apresentar um documento que se afirma destinado a clarificar a actual conjuntura. Na prática resultou maior confusão, dada as evidentes ambiguidades contidas no citado documento.

2 - Em face disto, torna-se indispensável clarificar, de facto, a situação actual, pelo que, deste modo, manifestamos ao País a nossa posição perante o assunto, por considerarmos que compete ao MFA reconhecer os erros até agora cometidos, denunciando, sem tibições, as suas causas.

3 - A degradação da situação económica, e respectivas implicações sociais e políticas, para amplas massas populares, deve-se sobretudo, à falta de definição de uma linha política objectiva e de um programa governamental consequente, não se achou um conjunto de medidas económicas capaz de substituir o vazio criado pela desagregação da estrutura capitalista existente, e mantiveram-se por outro lado, todas as dependências em relação ao imperialismo, com todas as consequências tais como: fecho de fábricas, fuga de divisas, desemprego, pressões políticas descaradas sobre a nossa soberania.

4 - O operariado das cidades e dos campos bem como largos sectores de empregados de serviços, apoiados nas suas organizações de classe e numa rica tradição de luta têm conseguido uma defesa mais eficaz da sua situação económica contra o aumento do custo de vida, ainda que seja o sector mais afectado pelo alastramento do desemprego.

5 - Embora amplamente divulgada a criação de estruturas e políticas de apoio a pequenos e médios comerciantes e industriais, constatou-se a sua total ineficácia, verificando-se que, pelo contrário, a sua situação foi consideravelmente agravada devido ao aumento de impostos e outros encargos.

6 - Os pequenos e médios agricultores do norte e centro do país têm visto a sua situação agravar-se constantemente desde o 25 de Abril, face ao aumento do custo de vida, dos materiais e produtos indispensáveis à lavoura, acrescido da dificuldade no escoamento e comercialização dos seus produtos. Não se organizou o Comércio Interno, eliminando a especulação dos intermediários, e criando uma rede de distribuição que facilitasse a circulação do produtor ao consumidor, com benefícios para ambos. São, sem dúvida, os pequenos e médios agricultores quem presentemente sofrem mais agudamente os efeitos da degradação económica.

7 - No campo da Assistência, não se fizeram chegar à província os meios materiais e humanos capazes de responder minimamente às mais prementes necessidades das populações.

8 - No entanto, desenvolveram-se junto das populações rurais

campanhas de esclarecimento e de dinamização, que por ausência de uma preparação prévia adequada, não respeitaram, muitas vezes, as características socio-culturais do meio onde se desenvolve cometendo-se, em alguns casos, autênticas violências à consciência e hábitos das pessoas. Estas campanhas, apoiadas em verbalismos despidos de significado para quem dirigidas foram, na maioria dos casos, prejudiciais pois não foram acompanhadas de quaisquer medidas concretas capazes de demonstrar ao povo que o objectivo era a real melhoria das suas condições de vida.

9 - Verifica-se a existência de um clima de desânimo e descrença das populações, desmotivando-as para a revolução de que são as principais e directas interessadas. As causas deste facto são, fundamentalmente, as seguintes:

a) A substituição das administrações fascistas das autarquias locais foi feita, na maioria dos casos, por elementos da pequena e média burguesia locais afectos ao PCP e MDP/CDE, que se revelaram incapazes de solucionar os principais problemas existentes;

b) A concessão de benefícios pelas Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, cuja criação foi ao encontro de um antigo anseio destas classes, foi alvo de um critério de favoritismo relativamente aos seguidores da linha política das pessoas que dominavam as referidas ligas.

c) As comissões liquidatárias dos Grémios da Lavoura foram totalmente incipientes, não tendo liquidado, até à presente data, coisa alguma, seguindo, no aspecto da concessão de benefícios, critérios idênticos aos referidos no caso das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores.

A constatação desta realidade e o crescente descontentamento consequente tem sido explorado pela reacção que manobrando e instrumentalizando este justíssimo desagrado, conseguiu provocar uma escalada de violência contestatária, levando as populações a uma oposição aberta ao MFA, por o identificarem com a linha política responsável por esta situação.

10 - A realização das eleições nas condições em que se efectuaram veio contribuir para confundir o povo quanto aos instrumentos que podia utilizar para controle do aparelho de Estado e do Poder, dando que:

- A estrutura burguesa em que a sociedade portuguesa estava e está organizada não permitia, como não permite, que a consciência revolucionária seja levada às mais amplas massas populares;

- Numa estrutura burguesa, de voto universal só uma coisa pode resultar... burguesia;

- Numa estrutura burguesa são os partidos burgueses e reformistas que têm os meios financeiros para fazer chegar a sua voz a todo o país;

- Numa estrutura burguesa não há tentativa de debate e resolução de problemas concretos, mas apenas demagogia política feita de

jogos de palavras, destinada a intoxicar e confundir o povo, que ao cabo de 48 anos de fascismo não estava em condições de distinguir esses jogos de palavras.

Tem de se reconhecer um forte grau de responsabilidade ao MFA por ter feito das eleições um ponto de honra, aspecto este bem explorado por forças interessadas neste tipo de eleições.

11 - A inoperância de QUATRO GOVERNOS PROVISÓRIOS não é só fruto do dirigismo que é o PCP tentou impôr, infiltrando-se no aparelho de Estado e nos órgãos de comunicação social, pois o PC, PPD

e MDP-CDE, que neles estiveram presentes, compartilham das responsabilidades que, hoje, procuram despuadoradamente escamotear. Dos partidos à direita do PS, incluindo as cúpulas deste, não se pode esperar mais do que a tentativa de travar e inverter a marcha do processo revolucionário, por forma a garantir os privilégios da alta burguesia e a exploração desenfreada dos trabalhadores.

12 - A insistência do MFA em procurar resolver as contradições através de soluções de compromisso, negociadas com partidos burgueses e a cobertura que vem dando a manobras partidárias, provocam o descrédito dos militares perante os trabalhadores.

### II — ANÁLISE DO DOCUMENTO

1 - Mas a solução da presente situação, pela qual é altamente responsável o MFA, não será encontrada com, paleativos de direita, como propõe o documento que leva a esta tomada de posição. Não será certamente a manutenção de ligações no governo que permitirá avançar na construção do socialismo. Não é rejeitando conjuntamente a SOCIAL-DEMOCRACIA, O CAPITALISMO DE ESTADO, A DEMOCRACIA POPULAR, e as conquistas das

classes trabalhadoras que se permitirá a estas vir a assumir a condução do processo, ou tão só, consolidar as posições já alcançadas. A proposta apresentada conduzirá à RECUPERAÇÃO PELA DIREITA abrindo a esta campo de manobra para a destruição da revolução, mau grado as intenções democráticas e patrióticas, na mente dos subscritores do documento.



# C. R. T. S. M.

## 2.º CONGRESSO

# CONCLUSÕES



Há um programa revolucionário — o dos oficiais do Copcon. Quem está contra, quem está a favor?

# PROGRAMA PARA UM GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DE TRANSIÇÃO

## ANÁLISE DA SITUAÇÃO

As forças imperialistas e a social-democracia europeia, representadas por parte do P.S., P.P.D. e C.D.S. acabam de jogar uma cartada que poderá ser fatal para a evolução do processo revolucionário português.

É à luz destas forças exteriores que terão de ser analisados os dois últimos documentos — Carta Aberta de Mário Soares a Costa Gomes e o Documento Melo Antunes — que surgiram no passado dia 7 quando se ultimavam os preparativos para a formação do mais provisório de todos os governos e se ensaiavam as primeiras mas insuficientes medidas em favor dos camponeses.

Trata-se de uma avançada bem orquestrada que vai congrega as forças reaccionárias deste país abrindo caminho a um golpe militar que rapidamente redundaria em fascismo.

Aproveitando-se por um lado da degradação económica e consequente descontentamento, sobretudo dos camponeses do Norte, e por outro lado de todo o tipo de manobras levadas à cabo pelas cúpulas (centrais, regionais e até locais) do P.C. no sentido da instauração de um capitalismo de Estado, essas forças jogam na degradação da situação política contribuindo claramente para uma situação iminente de golpe militar fascista.

Trata-se de uma manobra altamente perigosa, que servindo-se de uma linguagem de esquerda encerra um projecto de direita

iludindo os ingénuos, os indecisos e aqueles que de uma maneira geral se recusaram a alinhar numa instrumentalização partidária sobretudo na política de manobra de bastidores levada a cabo pelas cúpulas do PCP.

No entanto esta máscara de esquerda cai à primeira análise se tivermos em conta algumas críticas que em tal documento se fazem à evolução do processo revolucionário no que se refere a:

**NACIONALIZAÇÕES  
DESCOLONIZAÇÃO  
"FORMAS SELVAGENS E  
ANARQUIZANTES DE EXERCÍCIO  
DO PODER"  
INDISCIPLINA NAS FORÇAS  
MILITARES**

Preconizando soluções a nível económico que mais não fazem do que manter as ligações com o capitalismo e o imperialismo (CEE e EFTA); usando argumentação baseada num "País ... abalado, defraudado relativamente às grandes esperanças que viu nascer com o MFA", fazendo lembrar o discurso de Spínola no seu acto de renúncia.

O grupo autor de tal documento não faz mais do que auto-proclamar-se de salvador do país, indo de encontro à proposta de um Governo de Salvação Nacional já defendido pelo PS.

Na verdade este documento põe o problema no seu devido lugar — a questão do poder, mas passando por cima da luta de classes, e remetendo a solução do problema para

o interior de uma elite militar. Incapaz de apresentar qualquer alternativa concreta para resolver os graves problemas que o país atravessa e, dado o clima de agitação que tende a generalizar-se, tal documento cria objectivamente as condições propícias a uma intervenção imperialista. Aliás, o processo do abaixo assinado não é mais do que que uma maneira prática do imperialismo ficar a saber com quantas armas pode contar e que bases de apoio terá neste país.

Isto acontece depois do desencadear de uma onda de agitação que, a não serem tomadas atitudes de força contra os caciques e medidas enérgicas de carácter económico em favor dos explorados (sobretudo camponeses pobres) criará, se já não criou, uma base social de apoio a essa mesma intervenção. Tal intervenção é tanto mais possível quanto ela viria em apoio das forças reaccionárias internas, por si só incapazes de consumir o golpe decisivo.

Nesta fase de aguda crise política, económica e social, em que o confronto entre a burguesia e o proletariado está iminente, as classes trabalhadoras terão de se mobilizar a nível nacional no sentido de imporem ao Governo medidas radicais que vão ao encontro das suas necessidades e, paralelamente, discutir formas de organização para a tomada e exercício do poder.

Mas, numa altura em que a classe operária se encontra dividida pelos partidos, há que eliminar o di-

visionismo entre as massas trabalhadoras e permitir a sua unidade à volta do objectivo principal da sua luta — a conquista do poder político e a instauração da Ditadura do Proletariado. Será através da organização autónoma e apartidária cuja estrutura permita não só a tomada como o exercício do poder, que esses objectivos poderão ser atingidos. Tais órgãos de poder

da classe eleitos e revogáveis a todo o momento em Assembleias-Gerais de Trabalhadores, são os **CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS**.

Eleitos nos locais de trabalho, de habitação, nos campos e nos quartéis, coordenados a nível regional, distrital e nacional, os CRTSM serão a estrutura do Estado Proletário.

## OS CRTSM TERÃO COMO OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

— Unificar a classe operária, coordenar as suas lutas e integrar no processo revolucionário os proletários armados e os elementos revolucionários do MFA.

— Criar um bloco social revolucionário dominado pelo proletariado tendo como aliados os assalariados agrícolas, os camponeses pobres.

— Levantar a cabo uma constante luta ideológica, tanto no seu seio como no dos aliados, eliminando dentro de si todas as influências burguesas e conquistando para posições suas (ideológicas, políticas, atitudes face ao quotidiano), todos os revolucionários, todos os aliados efectivos ou potenciais.

— Destruir o actual aparelho de Estado burguês e construir um novo aparelho de Estado Proletário, colocar tudo sob a direcção do Proletariado, promovendo a sua completa participação nas tomadas de decisão e a aplicação das medidas económicas, políticas e sociais de proletariado.

— Lutar contra o inimigo interno e externo, pela construção da Soviédia Socialista.

— Os CRTSM serão ainda os órgãos de aplicação da violência revolucionária enquanto organização de base de vigilância e auto-defesa armada, promovendo a união com as unidades do exército regular, constituindo assim os embriões do futuro Exército Revolucionário.

— Enquanto organizações de exercício de auto-defesa e violência revolucionária os CRTSM deverão organizar-se ao nível de cada unidade de produção industrial ou agrícola, do bairro e da aldeia, onde aplicarão o princípio de que é justo revoltar-se contra os reaccionários, opressores e exploradores de qual que espécie bem como aos que se oponham ao desenvolvimento do processo revolucionário. Deverão ainda promover um aprofundamento da consciência revolucionária das massas, base indispensável da eficaz defesa do processo revolucionário e destruição dos seus inimigos.

— Considerando ainda a necessidade de desde logo iniciar uma luta contra a divisão burguesa do trabalho, a separação entre a cida-



# C. R. T. S. M. 2.º CONGRESSO



Continuação pág. 10

de e o campo, entre o trabalho intelectual e manual, a necessidade de revolucionar todas as relações sociais de produção familiares e a própria moral individual da ideologia e cultura burguesas será objectivo dos CRTSM promover e organizar a luta permanente pela instauração de novas relações de produção, por uma cultura revolucionária e novas formas de transmissão aliando o trabalho manual ao intelectual, promovendo a todos os níveis um novo tipo de relações humanas baseadas na igualdade, no pleno desenvolvimento de todas as capacidades individuais, na plena participação

na construção e direcção da sociedade na supremacia do interesse comum.

— A Ditadura do Proletariado realizar-se-á por uma maioria numérica de trabalhadores em todos os órgãos de decisão dos CRTSM.

— Os CONSELHOS REVOLUCIONARIOS deverão coordenar a sua actuação a nível de zona, de região e a nível nacional.

— Os CRTSM serão eleitos em Assembleias-Gerais e respeitando as regras da Democracia Proletária; poderão ser substituídos a qualquer momento por decisão maioritária de quem os elegeu.

# CONCLUSÕES

ços no sentido de garantir a autonomia nacional a nível alimentar, uma melhoria do bem estar social. Tendo em conta que estas medidas exigem o

máximo aproveitamento e acumulação de capitais fixar o salário máximo nacional em 12 mil escudos mensais.

9.º — Prospeccção e total aproveitamento das águas para regas, pelos respectivos serviços técnicos, sob controlo dos órgãos de poder são e desidrataação da terra, a curto prazo, devem ser arrancados os eucaliptos em todo o terreno rico para outras culturas.

11.º — Atendendo a que somos um país de um nível de produção agrícola deficiente, não podemos permitir que um só palmohde terra fique por cultivar.

12.º — Fomentar de imediato a formação de cooperativas e ligação entre elas de forma a permitir uma melhor utilização de máquinas e racionalização da exploração agrícola.

13.º — Criação de um crédito agrícola de emergência a juro de 2%, durante o período de transição.

14.º — Atribuição de um salário para o trabalhador de propriedade socializada.

## QUESTÃO AGRÁRIA

1.º — Imediata nacionalização de todos os latifúndios e sua gestão pelos trabalhadores de acordo com uma planificação estabelecida a nível nacional.

2.º — Iniciar imediatamente as obras de irrigação enriquecendo a agricultura e aproveitando a mão-de-obra excedentária.

3.º — A partir das nacionalizações, fomentar e ensaiar novas culturas adequadas às nossas necessidades.

4.º — Garantir o escoamento dos produtos agrícolas fixando previamente os preços.

5.º — Transformação dos circuitos de comercialização de forma a eliminar os intermediários. Estes devem ser funcionalizados e os actuais meios de transporte nacionalizados.

6.º — Apoio técnico, quer ao nível agro-pecuário, quer ao nível das próprias máquinas.

7.º — Criação de um seguro que cubra todos os prejuízos relativos às explorações familiares e às cooperativas.

8.º — Incentivar a criação de gado com redução dos preços das rações e fomento de cultivo de forragens. Garantia de compra do gado na altura devida sendo a comercialização no local de criação. Assim:

a) A aquisição de animais para criação será subsidiada e os preços fixados;

b) No caso da criação de animais para a produção de leite, deve ser garantida a sua comercialização a preços compensadores, assim como na produção de lã deve ser aplicada a mesma norma.

## PESCAS

### 1 FROTAS

a) Aproveitamento de todas as unidades que possam cumprir a sua função em termos de segurança no mar.

b) Levantamento completo das existências de navios em condições de serem equipados, para executarem actividades dos vários tipos de pesca.

c) Estudo de navios standardizados, correctos para cada tipo de pesca, incentivando a congelação no mar.

d) Estudo das possibilidades que a indústria nacional tem de fabricar peças e sobressalentes para os equipamentos marítimos com reconversão imediata de certas indústrias, neste sentido nomeadamente, no da mecânica diesel.

e) Estudo do plano siderúrgico nacional no sentido da fabricação de aço de construção naval e aços de qualidade.

f) Incentiva da fabricação de apetrechos de navios e artes de pesca considerando a estocagem dos materiais derivados do petróleo necessários ao fabrico de redes e cabos (nylon, polietylene, etc.)

g) Utilização dos navios da Armada no apoio à navegação e actividade de pesca dos pequenos navios, diminuindo a actividade marcadamente fiscalizadora que até aqui tem sido habitual.

Essa actividade fiscalizadora deverá manter-se firmemente na pesca do arrasto (perdendo características repressivas) para cobertura e sobrevivência da pesca artesanal.

## Z — INFRAESTRUTURAS

a) Repór em funcionamento as escolas de formação de pescadores e outras categorias de tripulantes. Integrar na Escola Náutica cursos de formação de oficiais-pescadores tendo acesso a estes quer oficiais da Marinha Mercante quer homens "práticos" da pesca.

b) Equipar os centros estratégicos da pesca com postos de abrigo e de descarga, construindo armazéns, entrepostos e-ou frigoríficos.

c) Desenvolver rapidamente, a iniciativa em curso de funcionamento conjunto de todos os estaleiros navais de modo a evitar subaproveitamento de equipamento. Englobar neste projecto os recursos da Armada (Alfeite).

d) Nos centros actuais de descarga de pescado deverá proceder-se à instalação imediata de meios que facilitem a operação de descarga preservando a integridade do pescado.

## 3 — COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO e TRANSFORMAÇÃO

a) Fim imediato do sistema de lotas com substituição por uma estrutura alternativa baseada no lema "DIRECTAMENTE DO PRODUTOR PARA O CONSUMIDOR". Esta distribuição pode utilizar os meios já nacionalizados e outros a socializar imediatamente (frigoríficos camiões e outros meios de transporte), sob controlo firme dos Trabalhadores. A distribuição não abrangida devido à sua fragmentação, pela rede socializada da distribuição implicará o fomento imediato de cooperativas de pequenos distribuidores.

n b) Tabelação urgente de todas as espécies e qualidades de peixe favorecendo as chamadas espécies pobres, tendo em conta as preferências regionais e incentivando o seu consumo.

Este tabelação deverá favorecer os que produzem, atacando drasticamente a estrutura parasitária, viciada e especulativa que tira ao pescador e rouba ao consumidor.

A finalidade desta medida é permitir uma distribuição social deste produto enriquecendo a dieta alimentar.

c) Garantia estatal, de compra de todo o produto da pesca que estabilizará os preços, terminando de vez com a norma capitalista de destruição de peixe que provoca a diminuição da oferta em relação à procura e conseqüente especulação.

d) A construção da rede nacional de frio servir a igualmente outros tipos de produtos alimentares, deverá estruturar-se no sentido de levar o peixe aos mais afastados centros populacionais, e organizado de tal modo que nela possa actuar o controlo operário.

Esta mesma rede deverá ter outra função social importante que é de regularizar o abastecimento permitindo nas alturas sazonais de abundância do pescado a sua conservação de modo a suprir as épocas de carência.

e) Planificação nacional e regional da distribuição do peixe fresco de modo a evitar os movimentos especulativos organizados com transferência maciça de peixe de Norte a Sul e vice-versa.

f) Aproveitamento de algumas espécies de peixe, que não são do

## PARA A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

Não bastam que sejam nacionalizados alguns dos grandes meios de produção. Será preciso ir mais longe e em muitos casos atingir as médias empresas. Será preciso que o controlo operário se exerça não só a nível dos locais de trabalho como também a nível do planeamento à escala nacional. Será preciso que o comércio interno e externo assim como o crédito sejam propriedade social. Só assim ficará garantido o controlo do processo produtivo do proletariado que orientará todos estes meios no sentido da resolução dos seus problemas concretos e imediatos e no sentido de alcançar o seu objectivo central de classe — a abolição de todas as formas de exploração e discriminação e a construção da sociedade sem classes

## ALGUNS ELEMENTOS PARA UM PROJECTO DE TRANSIÇÃO

### DESEMPREGO:

Tendo em conta o desemprego existente, com todas as suas implicações, defende-se a criação imediata de centenas de milhar de postos de trabalho, não atendendo a critérios de rentabilidade capitalista. A força de trabalho disponível pode ser utilizada em grandes obras de irrigação e amanho de terras incultas, na melhoria dos meios

de comunicação (estradas, caminhos de ferro, pórtos, etc.) de modo a favorecer as povoações mais isoladas, na electrificação, abastecimento de água, esgotos e da habitação (construção social). Com estas medidas de emergência, levadas a cabo por empresas estatais ao mesmo tempo que se combate a fome e a miséria, retira-se uma potencial à base social de apoio à reacção e dirigem-se esfor-



# 2.º CONGRESSO CONCLUSÕES

Continuação pág. 10

agrado do consumidor português, transformando-se em concentrados proteicos (pasta de peixe) incentivando assim, novos consumos integrados numa política de austeridade alimentar.

Fim imediato de todas as importações de peixe congelado (pescada e outros) e bacalhau.

Reestruturação da indústria conserveira como elemento fun-

damental na alimentação dos portugueses em fase de campanha.

Transformação de pescado em ritmo extensivo de modo a que o alimento-peixe-chegue ao consumidor em situação de cozinhar imediatamente (pré-cozinhados, filetes, panados, etc.) no sentido de evitar a sobrecarga às mulheres trabalhadoras.

Desenvolvimento imediato de piscicultura.

## COMÉRCIO INTERNO

1 — A eliminação no sector intermédiano — especulativo implica

## HABITAÇÃO

1 — Nacionalização ou Municipalização dos solos urbanos e Nacionalização das grandes e médias empresas de construção civil.

2 — Eliminação total de novas licenças para construções de luxo.

3 — Desenvolvimento imediato da construção da habitação social.

4 — Socialização da habitação com excepção da casa própria.

5 — Que a renda de casa não

a criação de alternativas às caóticas infraestruturas utilizadas por aquele sector parasitário. Assim, deverão ser socializados, o equipamento de

ultrapasse 15% do rendimento familiar.

6 — No caso de expropriações que atinjam pequenos proprietários, cujo rendimento seja a sua única subsistência e em caso de manifesta incapacidade de trabalho, lhe seja estabelecida, a título de pensão de sobrevivência, o equivalente ao salário mínimo nacional.

7 — Que se dê início a experiências piloto do tipo comunitário, isto é, com refeitórios, cozinhas,

## BANCA

1 — Estruturação da banca por sectores de actividade económica, como por exemplo:

— Comércio interno, comércio externo, fomento industrial, fomento e crédito agrícola, etc.

2 — Reformulação dos métodos de financiamento às indústrias básicas tendo em conta o longo prazo e uma baixa taxa de juro.

3 — Estudo imediato da questão monetária.

4 — Controlo da banca em cada

## TRANSPORTES

— Nacionalização de todas as empresas de camionagem (de passageiros e mercadorias).

## TRANSPORTES DE PASSAGEIROS:

— Incentivação do transporte público em detrimento do transporte privado:

Criação de sectores de coordenação dos transportes interur-

banos (rodoviários e ferroviários). Criação de redes regionais coordenadas com as redes interurbanas.

Criação de redes urbanas onde tal se justifique.

Nacionalização imediata das empresas de táxis com mais de um carro.

Estabelecimento em cada local de um preço unico para os transportes urbanos.

Estabelecimento de um custo de

## FUNÇÃO PÚBLICA

A Revolução Socialista exige a transformação total do Aparelho Administrativo do Estado.

Como medidas imediatas consideram-se fundamentais:

1.º — A abolição do Estatuto

fascista da função pública.

2.º — A abolição imediata das regalias, subsídios e outras situações de privilégio específicos de certos sectores, criadas pelo sistema capitalista-fascista para dividir a classe.

3.º — Criação de órgãos de po-

## SAÚDE E PREVIDÊNCIA

## A SAÚDE É OBRA DAS MASSAS POPULARES

## MEDIDAS FUNDAMENTAIS:

1 — Promoção da discussão de saúde junto aos órgãos de Poder Popular de forma a permitir-lhes esquemas de organização e de luta tendentes à resolução dos problemas locais.

2 — Subordinação do Serviço Nacional de Saúde às directivas emanadas dos órgãos de Poder Popular.

3 — Controlo de todos os Serviços de Saúde pelos órgãos de Poder Popular locais.

## MEDIDAS DE PROSPECÇÃO:

1 — Levantamento das infraestruturas hospitalares e sanitárias e ocupação de todas as instalações consideradas necessárias para a

transportes, entrepostos e armazéns que tenham suficiente dimensão e reequipado o sector de distribuição social.

2 — Particular atenção deverá ser dada aos meios que permitam regularizar o abastecimento de modo a evitar que em certas épocas do ano se lance no consumo excessivo de produtos para os quais não há capacidade de absorção.

3 — Expropriação do estabelecimento comercial privado em que se verifique violação de preços por e-estabelecidos ou fugas para o mercado negro.

centros de lavagem de roupa, etc., colectivos com vista a:

a) Desenvolver no seio das massas populares o sentido colectivista da vida

b) Redução dos custos de construção, da alimentação e sobretudo do tempo gasto na reposição da força de trabalho.

8 — Planificar infraestruturas habitacionais de modo a permitir instalar condignamente os trabalhadores que se deslocarão para zonas rurais.

sector de actividade pelos operários desse sector com vigilância sobre a direcção bancária no que respeita à distribuição do crédito, distribuição essa que deverá ter em conta a planificação local e geral da produção.

bilhete m aximo para os transportes interurbanos.

## TRANSPORTES DE MERCADORIAS:

— Criação de uma rede nacional de distribuição subordinada ao Ministério do Comércio Interno.

— Lançamento imediato de uma rede de transportes frigoríficos, também subordinados ao Ministério do Comércio Interno.

der, eleitos em Reuniões Gerais de Trabalhadores, que subordinados aos CRTSM, procedam, à reestruturação que estes entendam necessária, para a destruição e reconversão do aparelho de Estado fascista, de forma a colocá-los ao serviço da classe trabalhadora.

assistência (nomeadamente hotéis de luxo e outras propriedades privadas adequadas).

2 — Definição dos critérios de prioridade nos investimentos em saúde (primeiras prioridades à medicina preventiva e à montagem de postos clínicos nas zonas ainda não cobertas pela rede hospitalar actual).

## MEDIDAS ECONÓMICAS:

Integração efectiva dos serviços médicos da previdência

# C. R. T. S. M.



dentro do esquema do Serviço Nacional de Saúde.

2 — Especialização de todas as formas de medicina privada (clínica livre e clínicas particulares).

3 — Nacionalização da indústria farmacêutica.

## TÉCNICOS DE SAÚDE:

1 — Cobertura total do país por equipas terapêuticas com distribuição adequada.

2 — Promoção do ensino paramédico (enfermagem, técnicos de métodos auxiliares de diagnóstico, de primeiros socorros, de saúde pública, de reabilitação, de parteras, psicólogos e assistentes sociais).

3 — Saneamento eficaz de todas as instituições médicas estatais.

4 — Fiscalização do abandono do país de todos os técnicos de saúde.

## MEDICINA PREVENTIVA:

1 — Preponderância temporária de medicina profilática desenvolvida à escala nacional através de:

a) Campanhas activas de vacinação gratuita;

b) Campanhas de educação sanitária (higiene, hábitos alimentares, habitação);

c) Construção imediata de sistemas de esgotos; tratamento de águas para consumo alimentar; luta contra agentes infecciosos e contra a poluição do ambiente.

2 — Garantia de condições de saúde e de segurança nos postos de trabalho propondo eficazmente os trabalhadores contra as doenças profissionais.

3 — Planeamento familiar e

## INFORMAÇÃO

1 — Nacionalização dos grandes meios de comunicação social.

2 — Colocação imediata dos meios de comunicação social sob o controlo de conselhos de redacção constituídos por trabalhadores das várias secções em representação proporcional.

A orientação a seguir será definida mas suas linhas gerais por um organismo coordenador formado a partir de todos os conselhos de redacção. Trata-se de uma medida provisória enquanto não for possível a criação de um organismo de

aborto livre estabelecidos à escala nacional.

4 — Assistência materno-infantil através de campanhas de esclarecimento e da assistência efectiva das grávidas e parturientes (transformação radical das maternidades) e fornecimento gratuito da alimentação infantil até à idade de um ano, segundo um critério a estipular.

## MEDICINA CURATIVA:

Em regime de transição as medidas neste campo devem estar circunscritas à formação e distribuição equilibrada de técnicos pelo país.

## MEDIDAS RELACIONADAS COM A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL:

1 — Assistência à velhice com integração social dos velhos e transformação radical dos asilos.

2 — Campanha de esclarecimento sobre os malefícios do uso da droga.

3 — Campanhas de educação sexual.

4 — Prestação gratuita de toda a assistência médica e medicamentosa para os trabalhadores da empresa socializada.

5 — Que se considere integralmente paga a assistência médica e medicamentosa de todos os trabalhadores da propriedade socializada através da sua prestação para a Previdência Social.

6 — As duas cláusulas anteriores abrangem também os agrégados familiares dos trabalhadores a que dizem respeito.

7 — Em caso de doença o trabalhador deverá receber o seu salário por inteiro.

vel colocar a informação sob o controlo dos CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS DE TRABALHADORES.

3 — Encerramento imediato de toda a empresa fascista colocando os meios técnicos de que dispõem actualmente, ao serviço dos órgãos de poder popular (conselhos revolucionários de aldeia, conselhos revolucionários de trabalhadores, etc.).

4 — Abolição da censura.

5 — Fusão de um jornal do Norte

Continua pág. 12



# C. R. T. S. M.

# 2.º CONGRESSO CONCLUSÕES



Continuação pág. 11

com um grande jornal do Sul, de modo a formar um jornal com informação completa a nível nacional.

6 — Criação imediata de uma rede estatal de distribuição (aproveitando os meios das distribuidoras actualmente existentes) de modo a permitir uma cobertura eficaz de

### JUSTIÇA POPULAR

1 — Justiça revolucionária para todos os implicados na fuga de ca-

### INDEPENDÊNCIA NACIONAL

1 — Uma política de salvaguarda da Independência Nacional obriga a um corte com o imperialismo e consequente desobrigação de qualquer ligação com a NATO ou com o Pacto de Varsóvia.

2' — Duas grandes linhas devem

todo o País.

7 — Redução do preço dos jornais para 2\$50 de modo a torná-los mais acessíveis às classes trabalhadoras.

8 — Abolição imediata da publicidade comercial na televisão.

9 — Abolição das taxas de rádio e televisão.

pitais, na saída ilícita de divisas e crimes de especulação económica.

2 — Justiça revolucionária contra as organizações fascistas e para-fascistas.

ser seguidas no campo das relações comerciais externas.

a) Diversificação dos países para os quais exportamos ou donde importamos os produtos acabando com a actual situação de relações comerciais extremamente concentradas.

b) Incremento das relações

comerciais com os países do chamado Terceiro Mundo e com os países de Leste, dentro da perspectiva do Internacionalismo Proletário.

3 — Por outro lado, deve levar-se à prática uma séria política de substituição de importações no campo dos bens intermédios e de equipamento e sobretudo no campo alimentar.

Com uma profunda reforma agrária e a renovação da frota pesqueira será possível uma quase autonomia no campo alimentar. Há que proceder à reconversão da indústria assentando em três parâmetros:

— Fornecer à agricultura os adubos, alfaías e máquinas necessárias.

— Diminuir a dependência nacional no que respeita à produção de bens intermédios e de equipamento.

— Desenvolver a produção de bens de consumo essenciais que actualmente importamos.

4 — Uma rápida inventariação de recursos existentes (matérias-primas, equipamentos, tecnologias e quadros profissionais) com aproveitamento destes com vista à autonomia económica do país.

5 — Simultaneamente com estas orientações um Poder Revolucionário poderá utilizar uma

política fiscal, através de um largo leque de taxas que evite a compra de bens supérfluos no estrangeiro e incentive a produção nacional de bens necessários.

6 — A resolução, no sentido da construção do Socialismo de muitos dos problemas que hoje se nos apresentam no campo económico-social, terá de passar pela descentralização da Economia, nalguns casos pelo dar prioridade aos pe-

quenos sobre os grandes projectos e pela própria Revolução Cultural. Este conjunto de medidas propostas que vão no sentido da Independência Nacional e da construção da sociedade sem classes só poderá ser levada à prática com bons resultados, se instituído um poder político revolucionário, se houver planeamento económico e se o poder criador das massas trabalhadoras se exercer da base ao topo de toda a economia.

### FORÇAS ARMADAS

1.º — Eleição de Delegados de Unidade em Assembleia-Geral de Unidade, sendo a representação de cada classe (praças, sargentos e oficiais) proporcional ao seu respectivo número.

2.º — Realização frequente de Assembleias-Gerais de Unidade, para discussão de todos os problemas políticos e militares.

3.º — Realização de Assembleias de praças sem a presença de sargentos e oficiais.

4.º — Realização de Assembleias (militares e trabalhadores) para discussão de problemas comuns.

5.º — Colocação dos meios humanos, materiais e técnicos militares ao serviço da colectividade.

6.º — Extinção das regalias e

subsídios de que beneficiam os sargentos e oficiais (messes separadas, ajudas de custo, subsídios vários, cantina, etc.).

7.º — Transportes gratuitos para as praças.

8.º — Estabelecimento de um ordenado mínimo para as praças de 1250\$00 mensais.

9.º — Redução do leque hierárquico.

### POLÍTICA

O grande objectivo prioritário da linha política de um poder revolucionário deve ser o fomento e apoio total à criação de CONSELHOS REVOLUCIONARIOS DE TRABALHADORES, SOLDADOS E MARINHEIROS.

# E A BATALHA DA PRODUÇÃO?

O tema da batalha da produção desapareceu dos discursos oficiais e, embora tenha sido substituído pela "batalha da economia", a verdade é que deixou de ser uma tônica durante esta tão grande crise política que deu origem ao V Governo, mas que só terminará com um poder e um programa revolucionário. Mas será que a "batalha da produção deixou de ser necessária?

Na verdade os resultados obtidos com a campanha da "batalha da produção" têm que fazer reflectir todos aqueles para quem essa questão não esteja clara. O caso do "dia de trabalho" decretado pela Intersindical no dia 10 de Junho é perante o qual os trabalhadores ficaram quase totalmente indiferentes é um exemplo entre muitos. E passar-se-á isso porque os trabalhadores não querem o socialismo, porque não queiram lutar contra o fascismo? Têm demonstrado o contrário ao longo destes dias.

A verdade é que a batalha da produção se tem inserido numa estrutura que nada tem de socialis-

mo e os trabalhadores sabem ou sentem que não estão a produzir para e por si.

As nacionalizações, é certo que são um avanço importante e uma medida imprescindível. Mas para além de nada resolverem sozinhas apenas atingiram alguns sectores.

Todos os sectores ligados ao imperialismo estão intactos. Ora toda a distorção da economia portuguesa, que provoca a sua crise permanente, é devida à dependência em relação ao imperialismo, que aqui usufrui de uma mão-de-obra muito barata. E, ou se mantem essa dependência económica, conservando a ligação ao imperialismo, e em consequência se mantêm as condições para a crise permanente, ou corta cerca, criando possibilidades de começar tudo de novo. A Revolução Socialista em Portugal tem de passar portanto pelas nacionalizações das empresas estrangeiras e por um corte com o imperialismo.

Aliás, as garantias dadas nos Estados Unidos em Bruxelas por algumas personalidades militares de seu país em relação aos invest-

timentos estrangeiros se mantinha, não têm sido suficientes para tranquilizar o imperialismo, que já iniciou o seu bloqueio a Portugal e que desenvolve toda uma estratégia para fazer regressar este país à estrutura anterior.

A chantagem feita pela CEE, a qual faz depender a ajuda a Portugal do estabelecimento daquilo que se chama "democracia" é um exemplo claro. O imperialismo "ajuda" Portugal, enquanto este garantir que é rentável para o imperialismo. Rentável se se conservarem aqui as indústrias estrangeiras, rentável se politicamente se mantiver sob a esfera da influência da NATO, dos E.U. Ajuda Portugal se este continuar um pequeno quintal do imperialismo.

Mas as nacionalizações não chegam. É necessário que elas se enquadrem numa perspectiva socialista, estudada racionalmente, baseada nas possibilidades e necessidades do país e que tenha em conta as novas relações comerciais estabelecidas com o Terceiro Mundo, particularmente com alguns países deste grupo

sector a que se chama Terceiro Mundo, e onde têm relevo especial as ex-colónias portuguesas e países como Argélia e Cuba, onde para além das possibilidades de trocas comerciais, há garantias políticas de fraternidade.

Mas diremos ainda nacionalizações e planificação não chega. As duas podem ser feitas por aquilo, a que se chama "capitalismo de Estado" (expressão utilizada por Lénine na sua última intervenção na III Internacional para definir a fase em que se encontrava a União Soviética em 1923). O "capitalismo de Estado" seria assim a substituição dos patrões pelo Estado. Este e o seu aparelho (necessariamente autoritário numa fase difícil da economia) dirigiriam os trabalhadores. Na situação portuguesa tal método daria a derrota a curto prazo.

Os trabalhadores têm de sentir que são eles que estão à cabeça dos destinos de todo o país, sob ponto de vista económico, social e político. As fábricas têm de ter conselhos eleitos para exercerem as funções de gestão da fábrica

Actualmente podemos ver por exemplo que a Siderurgia foi nacionalizada; mas são os trabalhadores da Siderurgia que a estão a gerir? Sabe a Assembleia de fábrica dos "negócios" da Siderurgia? Não. A direcção continua sensivelmente a mesma e há gerentes nomeados pela parte do Estado. É um exemplo do que pode ser o capitalismo de estado. E assim a economia não vai longe. Porque a produção não aumenta, talvez até diminua.

É necessário que em cada fábrica haja um conselho de gestão (muito embora possa ter técnicos a trabalhar para ele), como é necessário que em cada propriedade agrícola haja um conselho.

E não basta aos trabalhadores saberem da situação económica e do funcionamento da sua empresa. Todos têm de saber tudo de todo o país. Para isso é necessário que o poder político esteja na mão dos trabalhadores. Para tal só há uma possibilidade — é pôr de pé o projecto POVO-MFA, que é a forma das comissões e dos conselhos eleitos iram a pouco e pouco substituindo os actuais poderes.



# ANGOLA

## AS CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA NEO-COLONIALISTA

A actual situação em Angola, sob os pontos de vista económico, político e militar, é uma consequência directa do que foi, na sua generalidade, a política neocolonialista que Portugal assumiu neste território depois do 25 de Abril.

Desde as constantes manobras do ex-general Spínola (encontro com Mobutu, referendo, recepção em 26 de Setembro de partidos fantoches, entendimentos privilegiados com Chipenda, etc.) até à nomeação, após o "tristíssimo" Acordo do Alvor em 15 de Janeiro, de um alto comissário (Silva Cardoso) altamente reaccionário, auxiliado na pasta da economia pelo capitalista Vieira de Almeida, a verdade é que os órgãos do Poder posteriores ao 25 de Abril não podem enjeitar grande parte das responsabilidades que lhes cabem na situação angolana.

### AS HESITAÇÕES DE PORTUGAL

Todavia, a partir do momento em que Portugal se viu confrontado por factos consumados — Angola sem Governo, um alto-comissário sem qualquer poder, uma actuação das FAP profundamente contraditória assumindo frequentes vezes um carácter reaccionário, foi então, indispensável tomar algumas medidas que pusessem cobro, ainda que parcialmente, a esta situação de impasse.

É assim que, nos primeiros dias deste mês, são enviados a Angola três membros do Conselho da Revolução, com o fim de tentarem chegar a um acordo com os diversos movimentos de libertação.

Convém aqui lembrar que nesta altura já havia ocorrido o bárbaro "incidente" na delegação do MPLA em Vila Alice — em que tropas portuguesas ultra-reaccionárias assassinaram mais de duas dezenas de camaradas do MPLA — e a UNITA não se tinha ainda, de modo claro e inequívoco, posto militarmente ao lado da FNLA.

### A MORTE DO ACORDO DO ALVOR

Consequência directa de uma política neo-colonialista que obrigou a vanguarda revolucionária do povo angolano — o MPLA — a sentar-se ao lado, e em condições de igualdade, de duas organizações imperialistas (FNLA e UNITA), o Acordo do Alvor está já totalmente morto — é um cadáver. De resto, o mesmo sucedeu ao de Nakuru.

Imagine-se a título de exemplo, o que teria acontecido em Moçambique, se o Acordo de Lusaka tivesse reconhecido ao lado da FRELIMO, movimentos fantoches como o GUMO, FICO etc., ...

É que, e parece que os órgãos do Poder em Portugal não o quiseram entender, a luta de libertação de um povo faz-se de armas na mão contra o imperialismo e os seus agentes neo-colonialistas, e não são documentos, por excelentes peças de legalismo burguês que possam ser, que resolvam os problemas de um povo oprimido.

Daí que os três membros do Conselho da Revolução, entre os quais se encontrava Rosa Coutinho (elemento afecto ao MPLA), tenham pretendido forjar um entendimento, senão formal pelo menos tácito, entre o MPLA e a UNITA, organizações a quem Portugal entregaria o poder com bons olhos.

De resto, já há muito que Portugal procurava reabilitar a UNITA, na tentativa de impedir o regresso dos colonos para Portugal.

No entanto o que aconteceu foi que a UNITA, ao se colocar do lado dos fascistas e nazis da FNLA, tornou impossível qualquer veleidade neo-colonialista (ainda que pudesse ser apenas "táctica"), o que veio clarificar grandemente a situação político-militar em Angola.

Quanto ao alto-comissário, foi finalmente substituído pelo seu adjunto, general Ferreira Macedo, embora as instâncias do poder não tenham ainda oficializado este facto.

Neste momento, e mais do que nunca (até porque já não existem colonos brancos que tenham de ser defendidos em Angola, dado que todos eles querem voltar...), Portugal tem que saber definir de facto, e não apenas às escondidas, qual é a única força progressista em Angola.

E não é reasumindo inteiramente as responsabilidades no governo de Angola que Portugal se torna credor de solidariedade revolucionária por parte do MPLA...

De resto, o MPLA já afirmou estar "consciente dos deveres" pelo que não abdica "das suas responsabilidades historicamente assumidas perante o povo angolano e, portanto, do exercício da função governativa". Isto é, não é pelo facto dos traidores da UNITA e da FNLA terem abandonado Luanda, que o MPLA declina as suas responsabilidades perante o povo angolano.



### SUPREMACIA MILITAR DO MPLA

Embora a balcanização do território angolano seja uma realidade (com a FNLA a controlar os distritos do Uige e do Zaire, e com a UNITA a deter certas regiões no Centro e Sul) a verdade insofismável é que o MPLA, porque é a organização enquadrada e apoiada pelas massas populares, tem demonstrado possuir uma considerável envergadura militar que, nem mesmo os recuos tácticos em Nova Lisboa e Silva Porto, podem invalidar.

Com efeito, auferindo de um crescente apoio nas populações, o MPLA detém já, neste momento, todos os portos do território angolano (incluindo, é claro, Lobito, Benguela, Moçamedes e Novo Redondo), o que traduz, sob o ponto de vista de controlo de posições chave, uma grande vitória para o MPLA.

Todavia, não queremos com isto dizer que a luta armada não vá

continuar por muito tempo ainda. De resto, e melhor do que ninguém, os heróicos combatentes das FAPLA — o braço armado do MPLA — sabem-no.

Por isso, dando provas de uma grande lucidez no campo de batalha, o MPLA apelou já para a resistência popular generalizada contra o inimigo, o qual recebe toda a espécie de apoio do Zaire e de outros países imperialistas que, com os Estados Unidos à cabeça, não podem desistir de, custe o que custar, tomar Angola para si, devido às grandes riquezas e também à posição geográfica deste território.

Ainda há bem poucos dias o capitalista Giscard D'Estaing, Presidente de França, deslocou-se ao Zaire, onde, em contactos com o fascista Mobutu, tratou, segundo Iko Carreira (comandante das FAPLA) de "eventuais combinações" entre a França e o Zaire rela-

tivamente ao futuro de Cabinda e às suas riquezas naturais, designadamente petrolíferas.

De resto, o capital bancário que o imperialismo detém em Angola foi alvo na semana passada de um rude golpe, dado que os administradores dos bancos foram suspensos, tendo sido as respectivas instalações ocupadas por tropas

armadas do MPLA que exigiram as chaves dos cofres. De referir que, de entre os cinco bancos atingidos, dois deles, o Banco Standard Totta e o Banco Inter-Unido pertenciam respectivamente aos grupos British Standard-Chartered Banking Corporation e First National City Bank.

Este é apenas um exemplo de que a economia angolana permaneceu integralmente nas mãos do imperialismo.

### DECLARAÇÃO UNILATERAL DA INDEPENDÊNCIA

Diversos elementos do Bureau Político do MPLA consideraram já como "uma hipótese a encarar" o seu movimento declarar unilateralmente a independência, assegurando a função governativa para si, mesmo antes do 11 de Novembro.

Deste modo, cairiam uma vez mais por terra as ilusões de todos os "pacifistas" que, há uns meses a esta parte, vêm fazendo apelos líricos e irrealistas, porque não têm em conta a realidade que é a luta de classes existente na sua forma mais aguda — a luta armada — a colaboração entre três movimentos que

traduzem interesses de classe antagonicos.

Daqui que, e dado que o Acordo do Alvor está completamente ultrapassado, talvez nem seja necessária a declaração unilateral de independência. E aqui, não por oportunismo mas por realismo político, seria bom que Portugal se lembrasse que existe uma profunda interdependência económico-política entre a evolução do processo angolano e do Português.

No entanto, e muito mais importante do que a discussão de hipóteses mais ou menos plausíveis sob

o modo como se fará a transmissão de poderes para o MPLA, é o facto de que Angola será independente, de Cabinda ao Cunene e do Atlântico ao Cazombo, sob a bandeira do MPLA.

Para que assim suceda os heróicos combatentes das FAPLA e, de um modo geral, o povo angolano, lutam de armas na mão, tal como o fizeram durante dezenas de anos os povos da Indochina, pela vitória completa e total sobre o imperialismo.

A VITÓRIA É CERTA.



# AUTOCRÍTICA REVOLUCIONÁRIA

# COPCON

## II — ANÁLISE DO DOCUMENTO

Continuação pág. 8

2- A perspectiva económica apresentada de reforço de laços com a CEE e a EFTA reforçará a sua posição do país a uma vergonhosa dependência ECONÓMICO-FINANÇEIRA E POLÍTICA, pois quem ainda tivesse ilusões quanto aos seus desígnios, perdeu-as completamente com as últimas exigências apresentadas para a concretização da "AJUDA A PORTUGAL".

Revitalizar a iniciativa privada através do investimento maciço de capital financeiro estrangeiro, traduz-se na perda pura e simples da INDEPENDÊNCIA NACIONAL. Não basta, para mascarar tal desastre, dizer que se deve comercializar com o Terceiro Mundo e os países de Leste. Nem é abrindo as portas ao Imperialismo que se conseguirá levar a cabo uma descolonização correcta dos territórios ainda sob administração por-

tuguesa e também vítimas da Exploração Imperialista.

3- Não é assumindo uma posição supra partidária, sem demarca em relação aos partidos de direita, que se recuperará a credibilidade pois afirma-se pretender construir o socialismo e não alcançar uma democracia burguesa mas ainda capitalista, o que obviamente acontecerá. Como pode um projecto denominar-se de esquerda quando escamoteia o papel das massas e recusa a acção das suas vanguardas?

Como se poderá "criticar" o ritmo das nacionalizações?

Será mantendo nas mãos da burguesia a posse dos meios de produção que estes serão postos ao serviço do povo?

Como se pode ignorar o caciquismo e o papel da luta de classes na sua destruição?

Como se pode apelar para a concórdia sem atingir exploradores de explorados?

4- Concretizando esta fase da análise crítica do documento refere-se o ponto fundamental, que não foi compreendido ou foi esquecido pelos seus subscritores.

Trata-se do ponto fulcral da situação política actual e se refere ao crescendo da actuação do fascismo.

Elementos concretos demonstram que o fascismo abandonou as cautelas defensivas para se lançar deliberada e claramente na ofensiva, através de actuações violentas aparecendo descaradamente à luz do dia. Historicamente está demonstrado que personalidades moderadas que pretendem despoletar acções violentas do fascismo por meio de posições conciliatórias são as suas primeiras vítimas, ou, noutros casos, se transformam nos opressores das massas que pretendem libertar.



certas camadas minoritárias da população.

6 Em relação à habitação há que definir uma política justa, que atacando frontalmente os grandes proprietários que fizeram da especulação o seu modo de vida, defenda os pequenos proprietários que através de rendimentos aceitáveis conseguem garantir a sua subsistência e dos seus familiares. Relativamente a este problema há que estabelecer um limite para rendas, entrando em linha de conta com a localização, tipo de construção, número de assoalhadas, etc. As comissões de moradores terão um papel decisivo no estabelecimento do critério adoptável.

7 - Quanto ao problema da SAÚDE há que socializar a medicina garantindo a prestação de serviços médicos na província, incluindo os meios técnicos e humanos das Forças Armadas. Como medida complementar terá igualmente de se proceder à nacionalização da indústria das especialidades farmacêuticas, regulando o seu fabrico de modo a condicionar o elevadíssimo número de medicamentos que apenas se diferenciam pela marca eliminando deste modo as grandes despesas publicitárias actualmente existentes, que oneram extraordinariamente os seus custos.

8 - Em relação ao ENSINO têm que ser garantidas condições para que haja realmente ensino básico para toda a gente, sendo o ensino secundário e superior subordinados desde já aos interesses das classes trabalhadoras.

9 - Para além deste programa genérico, aplicável a médio prazo, que deverá ser discutido, corrigido e pormenorizado, com a colaboração de todos os órgãos de vontade popular e militar, entende-se que devem ser tomadas entre outras medidas urgentes: as seguintes:

- Abaixamento dos preços dos adubos e compra de produtos agrícolas a preços que garantam remuneração justa do trabalho dos pequenos e médios agricultores;

- Utilização, sempre que necessário, dos meios de transporte das Forças Armadas para escoamento dos produtos;

- Abaixamento dos preços das raposas e garantia de preços justos aos pequenos e médios produtores

de gado bovino, caprino e suíno, bem como de carne de aviário;

- Condicionamento de importação de bens alimentares, sempre que possam ser substituídos por alimentos de compensação produzidos no país;

- Garantia de concessão de créditos a juro baixo ou nulo, consoante os casos, em quantitativos de garantir a sua eficiente e reprodutiva aplicação;

- Acção repressiva sobre as Comissões Liquidatárias dos antigos Grêmios de Lavoura e Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores, sempre que se verifique discriminação política na atribuição de benefícios;

- Criação de condições de apoio técnico e veterinário aos pequenos e médios agricultores e produtores;

- Medidas de emergência em relação aos desalojados de Angola, englobando-os na política geral do pleno emprego, e pleno alojamento, tais como: requisição de estabelecimentos de hotelaria, construção de habitações pré-fabricadas e outras que forem julgadas oportunas como soluções, ainda que provisórias;

- Adopção de medidas relativas a crianças e pessoas idosas e inválidas, que vivam em circunstâncias incompatíveis com um mínimo de segurança social;

- Planificação que permita a rápida reconversão em moldes úteis das empresas industriais encerradas como consequência das sabotagens desenvolvidas pelos capitalistas e reaccionários, ou por acção do imperialismo;

- Criação de condições que garantam a segurança física e moral das pessoas no sentido de preservar o direito à propriedade, desde que esta não constitua instrumento efectivo de exploração.

- Os meios de comunicação social deverão servir este programa, fomentando o debate franco, livre e total, sem reservas de condicionamentos, destruindo, de uma vez por todas, qualquer forma de manipulação, dentro do princípio fundamental de que só desta forma se servem os interesses das classes trabalhadoras, e de que as condições existentes só no seio do povo poderão ser resolvidas.

11 - Para garantir a execução deste programa é necessária a definição do poder executivo que se responsabilizará por ele, que terá de ser um poder de transição. Este poder de transição será constituído pelo MFA e por todas as organizações políticas verdadeiramente re-

pelas Assembleias de Aldeia e outros órgãos de vontade dos pequenos e médios agricultores e, no sul, geridas por trabalhadores rurais, democraticamente eleitos, tendo umas e outras apoio financeiro e técnico que garanta a sua rentabilidade e condições de vida para os camponeses, que os aproximem cada vez mais dos oceanários da cidade.

3 - Deverão criar-se mecanismos que permitam o apoio efectivo e imediato aos pequenos e médios comerciantes e industriais, desenvolvendo ao mesmo tempo condições que fomentem o associativismo e cooperativismo.

4 - Por outro lado Portugal tem de acabar com a dependência em relação ao imperialismo, dependência essa que é a causa da actual crise económica. Tem, pois, de deixar de depender financeira e tecnologicamente em relação aos países imperialistas, mesmo que para isso se tenha de suspender ou reconverter indústrias que foram implantadas no nosso país para explorarem a mão-de-obra barata dos trabalhadores portugueses.

Nesse sentido há que cessar também com a sujeição à CEE e EFTA, que têm praticado uma política de chantagem em relação a Portugal. Enveredando por uma política económica de verdadeira independência nacional, o nosso país poderá então:

a) Alinhar com os países do

Terceiro Mundo, privilegiando a cooperação com as colónias portuguesas, em termos novos de igualdade e fraternidade;

b) Manter e estabelecer relações comerciais de cooperação com todos os países do mundo numa base de reciprocidade e vantagens mútuas.

Nestas condições o nosso país ficará em posição de poder vencer o bloqueio do imperialismo, pelas contradições internas deste, um dos quais é a opinião pública dos respectivos países e, principalmente, a solidariedade das respectivas classes trabalhadoras é para os povos do Terceiro Mundo, para quem o nosso processo revolucionário constitui enorme esperança e factor de unidade e luta.

5 - O problema das centenas de milhares de desempregados deverá ser resolvido pela planificação económica, no sentido do pleno emprego. Para tal há que criar postos de trabalho na agricultura e na construção civil.

Temos consciência que a reconversão da economia posta nestes termos, o início duma planificação socialista, a independência em relação ao imperialismo e a política de pleno emprego, trarão grandes dificuldades e grandes sacrifícios, mas estes têm de ser partilhados por toda a gente. Não se pode pedir que sejam só os trabalhadores a suportá-los. Neste sentido há que baixar muito o ordenado máximo nacional, o que vai tirar privilégios a

## III — PROPOSTA

1 - Um programa revolucionário para a solução da situação tem de passar antes de tudo, pela realização do projecto aliança MFA-POVO o qual garante a direcção dos seus problemas. Sem esta participação o socialismo é impossível. Há pois que pôr de pé uma estrutura de organização de massas populares, pela constituição e reconhecimento de conselhos de aldeias, de fábricas e de bairros, que sejam os órgãos através dos quais os trabalhadores possam tomar decisões no sentido de resolver os seus próprios problemas. Estes organismos de poder dos trabalhadores terão que ser um instrumento para as soluções económicas, para o planeamento social (escolas, hospitais, habitação, transportes), terão que ser, enfim, os verdadeiros órgãos do poder político, única barreira capaz de se opor vitoriosamente à agressão fascista e imperialista.

2- As soluções económicas para este país, têm de passar por uma alteração da estrutura, fazendo uma reconversão da economia no sentido de um total apoio efectivo à agricultura, de modo a que rapidamente venha a produzir uma muito maior quantidade de bens alimentares, cuja compra no estrangeiro neste momento, é um dos factores do nosso déficit na balança de pagamentos. Para tal é necessário planificar a agricultura, fazendo uma revolução agrícola; de acordo com a vontade expressa -





## 2.ª-FEIRA — DIA 12

• O projecto Correia Jesuino, destinado a regulamentar a actuação dos órgãos de Informação, tem sido considerado por muitos trabalhadores da Imprensa como anti-democrático e, tendente a restabelecer a Censura, além de violar os estatutos democraticamente elaborados e aprovados pelos diversos órgãos de informação.

• No seguimento das acções criminosas desenvolvidas pela reacção contra as sedes dos Partidos de esquerda, houve uma tentativa de incêndio na sede da FSP, do Porto.

No Funchal, igual tentativa, mas desta vez na sede de um partido reaccionário: o PPD.

## 3.ª-FEIRA — DIA 13

• Anter Joergensen, primeiro-ministro da Dinamarca, visitou a Lisnave em representação do seu partido social democrata. Dois dias antes manifestou a mesma intenção de visitar aqueles estabelecimentos, no que foi impedido pelos operários, para quem a presença de Marcelo Curto do PS na comitiva do político dinamarquês, foi considerada uma provocação aos trabalhadores.

• Jornada internacionalista de apoio à Revolução portuguesa, promovida pela Associação de

Amizade Revolucionária Portugal — Itália, onde se fizeram representar organizações e militantes, que lutam pelo Internacionalismo Proletário.

Participaram diversas organizações nacionais contando-se a adesão de mais de 40 comissões de trabalhadores.

Entre os estrangeiros, contavam-se 65 organizações de soldados italianos, e movimentos da Esquerda Revolucionária alemã, francesa, inglesa, sul-americana, italiana e espanhola.

## 4.ª-FEIRA — DIA 14

• O capitão Varela Gomes é afastado da 5.ª Divisão do E.M.G.F.A., sendo elaborado um documento por Carlos Fabião, contendo propostas para a reestruturação daquela Divisão.

Vem este afastamento no seguimento de críticas feitas à 5.ª Divisão, acerca das ligações com o PCP, de que Varela Gomes seria o mais fiel representante.

• No "Jornal Novo", num artigo acerca do "Plano Melo Antunes, é dito que esse plano teve o apoio de partidos tão diferentes como o PS, o PPD e o CDS.

Perguntamos se as diferenças existentes entre esses três Partidos é assim tão grande, e se a coincidência de pontos de vista desses partidos com o "Plano" não passa de uma posição de classe, lutando todos eles pela manutenção do sistema capitalista apesar de toda a linguagem "progressista"?

A Pró-Comissão da Freguesia de Santo Condestável, formada pela burguesia local, apoiada nos partidos reformistas, foi alvo de severas críticas e desmascarada perante a população daquela freguesia de Lisboa, num plenário convocação pelas Comissões de Moradores do Casal Ventoso e Sete Moínhos pela Comissão Revolucionária de Moradores e Ocupantes do Centro de St.º Condestável.

• No comício do PCP salientou-se que a reacção tem atacado as sedes dos partidos progressistas em geral, mas que significativamente têm sido poupadas as do partido de Arnaldo Matos. No entanto, Cunhal disse não às retaliações, e fez o que se pode chamar uma autocrítica e exprimindo a sua concordância com "aqueles que dizem que os reaccionários se aproveitaram do descontentamento das populações que não viram satisfeitas desde o 25 de Abril, as suas aspirações, que têm visto mesmo em alguns casos, piorar a sua situação material".

• Grande manifestação promovida pelas delegações estrangeiras presentes na Semana Internacionalista de apoio à Revolução Portuguesa, que terminou junto da Embaixada Americana. As palavras de ordem proferidas foram de cariz anti-imperialista e uma prova do Internacionalismo Proletário. Ao mesmo tempo decorria uma manifestação do PS, que não passou de uma manobra provocatória desenvolvida contra a manifestação internacionalista.

## 6.ª-FEIRA — DIA 16

• Em comunicado lido por Vasco Gonçalves aos jornalistas, após reunião do Conselho de Ministros, são referidas "ambiguidades de que continuam a verificar-se por parte do MFA e que conduzem, inclusivamente, a duvidar da viabilidade de uma congressão de esforços em torno das ideias progressistas que dão sentido à Revolução do 25 de Abril."

Este apelo à unidade reflete o desânimo do reformismo em conciliar o que é inconciliável, reflete a cegueira de quem não quer ver que "as ambiguidades" são a prova de que o MFA como um todo não existe, e que as contradições internas, representadas por sectores antagonísticos, têm de refletir necessariamente o panorama mais geral da luta de classes, neste país.

• Como atitude pública à escala de violência reaccionária, a Intersindical decidiu promover uma greve simbólica para dia 19.

Não deixa de ser curiosa (e demagógica) esta convocação por parte de um organismo que, tem desvirtuado, boicotado e caluniado as greves que, justamente, têm sido desencadeadas pelos trabalhadores.

• Em documento assinado por um grupo de jornalistas do "Diário de Notícias", afirmava-se que a linha ideológica daquele jornal "contribui já e poderosamente para

o afastamento de excelentes profissionais da Imprensa depois do 25 de Abril".

## SÁBADO — DIA 17

• Diversas comissões de Moradores e Trabalhadores, sindicatos e organizações políticas, afectas ao PCP e MDP-CDE, manifestaram-se em Grândola, entoando palavras de ordem de apoio a Vasco Gonçalves e ao V Governo Provisório.

## DOMINGO — DIA 18

• As organizações ml, CMLP, OCMLP, ORPC(ML) decidiram constituir a comissão organizadora do congresso de reconstrução do Partido Comunista.

Enquanto a situação política do país se mantém cada vez mais instável, estas organizações consideram como tarefa principal a construção do Partido que, por sua vez não terá a participação das massas exploradas, já que está circunscrita aos militantes organizados nos grupos ML. Entretanto batem-se por comissões de trabalhadores cujo papel já está ultrapassado e "observam" de fora as propostas unitárias e apartidárias dos CRTSM. Aqui tomam as mesmas posições dos partidos reformistas, que os camaradas ML tanto condenam.

# COPCON AUTOCRÍTICA REVOLUCIONÁRIA

Continuação pág. 14

volucionárias, que reclamem e defendam o poder para os trabalhadores. Como tal terá de ser garantida como primeira medida e como fulcro do poder a constituir, a reali-

zação, de facto, da aliança MFA-POVO. Este poder será, pois, a direcção política deste período transitório até à realização da Assembleia Nacional Popular.

classe, e elegendo democraticamente os seus representantes às ADU, que serão os porta-vozes das conclusões encontradas;

- As soluções preconizadas nas ADU, e que tenham implicações na vida colectiva da unidade, deverão ser debatidas em AGU, de modo a possibilitar um consenso geral, base indispensável da coesão e disciplina;

### c) Reforço de Disciplina

- Intensificação da dinamização interna nas unidades, debatendo e analisando conjuntamente os problemas, sem restrições, consolidando a coesão por meio de uma

disciplina consentida feita de esclarecimento, e só ela permitirá a entrega total dos militares à sua patriótica missão de defesa intransigente dos interesses do povo português.

## IV — ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS FORÇAS ARMADAS

1 - A elaboração de uma proposta como esta que se pretende revolucionária, essencialmente apoiada na aliança MFA-POVO, abordando apenas o sector popular, não tratando, ainda que superficialmente o aspecto interno das Forças Armadas constituiria um erro grave, cujas evidentes contradições poderiam assumir aspectos contra-revolucionários.

2 - Assim, e de forma muito sucinta, considera-se indispensável que a estrutura interna das Forças Armadas necessita de ser repensada a curto prazo visando, sobretudo, os aspectos seguintes:

a) **Forma organizativa de classe** - Os militares deverão organizar-se de acordo com as diferentes classes existentes, debatendo livremente os seus problemas, de

### b) Regalias Sociais

- Deverão ser tomadas providências imediatas no sentido de ser conseguida uma sensível elevação do nível de vida das praças, nomeadamente pela modernização de instalações, aumento substancial do pré, atribuição generalizada de subvenção de família e abono de família, etc.

## V — CONCLUSÃO

O presente projecto constitui a única proposta viável e realista que se oferece ao povo português para a sociedade socialista que se pretende alcançar, e constituir uma recusa firme e Total ao FASCISMO, à SOCIAL-DEMOCRACIA e ao CAPITALISMO DE ESTADO, formas de exploração que negam a real emancipação das classes trabalhadoras.

### OPERARIOS E CAMPONESES

VIVA A ALIANÇA INDESTRUTIVEL ENTRE OS TRABALHADORES E AS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS

VIVA A ALIANÇA MFA-POVO

VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA

VIVA A ALIANÇA ENTRE VIVA PORTUGAL



# Revolução

Composição e impressão: MIRANDELA & C.ª - Trav. Condesa do Rio, 79 (1) Distribuição: DIG - Rua das Chagas, 2 - Lisboa

AVENÇA

## EDITORIAL

A manifestação grandiosa que quarta-feira percorreu as ruas de Lisboa, para apoiar o projecto de programa do COPCON definiu numa vez por todas a posição dos trabalhadores e dos revolucionários, independentemente do poder político-militar. Operários das principais empresas de Lisboa e Setúbal, camponeses da região de Lisboa (pela primeira vez presentes em representação impressionante), soldados e marinheiros em número quase tão elevado como o civis, vieram dizer na rua na maior manifestação desde o 1.º de Maio de 1974, o que querem - a aplicação dum programa revolucionário. Ao contrário das outras, esta manifestação não foi recebida por qualquer personalidade política. E isso tem o significado preciso de que os trabalhadores e os revolucionários não necessitam de personalidades políticas para afirmarem o que querem e como querem. A partir desta manifestação tudo muda neste país. Neste momento o poder político-militar e as várias pessoas que o compõem é que têm de dizer se querem ou não o mesmo dos trabalhadores. Se querem ou não a aplicação do programa do COPCON.

E não pode haver equívocos nem ambiguidades. Chegou a hora em que a definição ou se faz ou a direita levanta a cabeça. E se a direita levanta a cabeça fica declarada a guerra civil. Ninguém a pode negar depois de ter visto as longas filas de militares, os carros, as massas compactas de fardas na manifestação unitária. E aí está uma enorme diferença em relação às últimas manifestações do Chile antes do golpe reaccionário. Pois para que não haja guerra civil só uma coisa é possível — uma clara

definição do programa e do poder.

A longa crise que o poder político-militar tem atravessado não começou com o final do IV Governo Provisório, nem podemos atribuí-la a factores accidentais ou a factos particulares deste ou daquele personagem político ou militar, deste ou daquele partido.

Esta é a crise inevitável dum poder que não se definiu. Quem governou durante todo este tempo? Os representantes da burguesia ou os representantes dos trabalhadores? Quem faz a constituição deste país, que se quer socialista? Os fascistas ou os revolucionários? Porque meio se pretendeu afastar os exploradores? Pela força (sempre necessária) ou pelas eleições? Qual é a planificação económica deste país? Defesa das indústrias estrangeiras ou

Perante este exército regular, a autoridade militar, mesmo que seja revolucionária, tem que ceder. Ceder o necessário para manter uma certa unidade. Cortar cerce em matéria de forças militares é, neste momento, uma loucura. Ter hostilizado os comandos das regiões do Centro e do Sul do país (cuja acção está longe de ser de direita) teria sido uma aventura, dum purismo ideológico inconsequente. Estas são as Forças Armadas que todos os partidos da coligação defenderam intransigentemente e cujos chefes fascistas só foram sendo denunciados depois de estarem presos ou fugidos. Pois agora é com estas que se tem de contar! É em relação a estas que se tem que pensar. E enquanto que em relação ao programa revolucionário e ao poder político que o aplica, temos que ser intransigentes, em relação às Forças Armadas temos que

fazer cedências táticas. É certo que havia em Maio uma unidade, sobretudo em relação ao exército que não existe agora (lembramos as "recomendações" dos operacionais comunicadas ao C.R.). Também pregamos nessa altura que haveria que aproveitar essa unidade para impôr um governo e um programa revolucionários. Mas a incompreensão da situação política por parte de alguns responsáveis reformistas e mesmo revolucionários levou-os a procurar arrastar a situação para ganharem ainda mais unidade... O resultado está à vista. O imperialismo, e sobretudo a CIA, tem os seus planos. E tem um ou dois homens. Os outros são enganados. Há dois documentos irmãos gémeos: O P.A.P. (Plano de Acção Política) e o "Documento dos 9". Curiosamente muitos dos conselheiros que assinaram o PAP, e muitos militares que o apoiaram, arreparam-se agora nos cabelos com o "Documento dos 9". De modo que parece que fica tudo reduzido à questão da disciplina militar... Quando o problema básico, principal, é o problema do Imperialismo. Ficamos ou não ficamos de baixo da pata do imperialismo? Que economia é que vamos ter: uma economia de satélites em relação aos países desenvolvidos ocidentais, recebendo-lhes as sopas (le a força repressiva é que vai calar o proletariado português?) ou uma economia independente a caminho de um desenvolvimento próprio?

Os trabalhadores e os revolucionários já se pronunciaram na manifestação unitária: querem o documento do COPCON, logo a independência em relação ao Imperialismo. As personalidades do poder político ainda não se pronunciaram. O triunvirato ainda não se pronunciou. O Primeiro Ministro ainda nada disse a respeito desse defende os trabalhadores portugueses? Em que mundo estamos: no mundo imperialista acorrentados à sua dominação, ou no Terceiro Mundo, tentando caminhar por nós próprios? Quem tem direito a falar na televisão: o Sr. Freitas do Amaral ou os revolucionários? Que exército temos: um exército regular ou um exército revolucionário?

Esta crise é a consequência desta indefinição, é a consequência da política da modera-

ção, da conciliação. É a consequência da política de defesa das "fases" graduais. As "fases" podem ser as covinhas da revolução em Portugal! O imperialismo conta com elas para a degradação da situação. Porque em termos de economia toda a indefinição fabrica crises. E a crise económica cedo trouxe a profunda perturbação social que alastrou pelos camponeses do centro e norte do país. Perante isto o exército que temos funcionou com a sensibilidade própria de um exército regular, contendo em si todas as contradições. Quando há um ano dizíamos que era necessária a criação de um exército revolucionário eramos combatidos pelos mesmos que agora se queixam de todas as consequências deste exército regular. A defesa intransigente das Forças Armadas actuais (e bem éramos chamados de provocadores quando revelávamos o que eles continham!) foi feito por aqueles que agora se queixam das contradições e da instabilidade do exército. Pois agora é com este que temos que trabalhar, é com este que temos que nos haver!

O documento. O Governo ainda nada disse. Otelo não pode, sob ponto de vista de programa, conciliar o inconciliável. Vasco Lourenço, Charais, Costa Neves não podem simultaneamente ser revolucionários e servir fins contra-revolucionários. Não temos que confiar num Governo que não tem programa e que nem sequer se define em face de um programa que é proposto. Que o Primeiro Ministro, que em Almada protesta contra a inflação de documentos, venha com um novo documento programático, depois de existir outro, largamente apoiado pelas massas populares, parece-nos poder redundar em puro divisionismo. Que o Governo venha apresentar um programa que, tal como disse dia 20 o Ministro Correia Jesuino vem desde o "do I Governo Provisório e em que se estão a dar alguns retóques finais" e que "não tem nada de radicalmente novo em relação aquilo que estava já enunciado pelo IV Governo Provisório" parece-nos uma cegueira completa de quem se mantém na ideia do gradualismo e das fases. E repetimos que foi essa ideia que conduziu o país a esta situação.

Que Alvaro Cunhal, nesse mesmo dia 20, afirme em Conferência de Imprensa, que é necessário "a busca de uma plataforma" nos "aspectos que dão uma base mínima" no "documento dos 9" e no "documento de oficiais do COPCON" parece-nos também uma cegueira completa de quem se mantém na política da conciliação e da coligação de classes. De quem não aprendeu com este ano de história.

Que autoridades militares procurem a unidade do exército fazendo cedências políticas é também não compreender que a hesitação e a conciliação têm sido as causas da crise.

Senhores políticos, senhores militares: acabem com as manobras, definam-se! Quanto mais tarde vier o dia do corte radical com a direita mais probabilidades há de guerra civil.

Os trabalhadores e os revolucionários definiram-se na rua, taém no dia 20 de Agosto. Um dos objectivos da manifestação tem de ser também um dos objectivos dos revolucionários neste momento: a unidade. Agora temos um programa - quem o aceita está deste lado e vamos ver qual será a prática de cada um. Por isso não aceitamos o sectarismo daqueles que sobrepõem os interesses partidários aos objectivos revolucionários, por isso não aceitamos que não se faça uma diferença clara entre aquilo que é a posição duma organização como partido e aquilo que são as posições unitárias. As comissões de moradores, as comissões de trabalhadores, os conselhos revolucionários, as assembleias populares são órgãos mandatados pelas assembleias de base, são órgãos unitários. Não podem ser campo de manobra para os partidos. Neste momento a unidade é fundamental para vencer a batalha. Por isso devemos procurar o que nos une - entre trabalhadores, entre revolucionários - e não o que nos separa. Os militantes devem procurar em cada fábrica, em cada campo, em cada quartel as formas de unidade possível à volta do programa do COPCON. A discussão ideológica não é a tarefa prioritária neste momento. A procura da unidade - dentro do proletariado, e não entre este e burguesia, o que é uma diferença importante - é a tarefa principal para quem queira a Revolução Socialista - neste país.



Pela primeira vez os irmãos camponeses estiveram nas ruas de Lisboa, numa imagem que jamais poderemos esquecer. O campo trouxe a sua dignidade à cidade. Em muitos destes camponeses o distintivo dos Conselhos Revolucionários demonstrava que estavam ali porque estão organizados.